

- Van Houtte, Jan A. 1940. "La Genèse du grand marché international d'Anvers à la fin du moyen âge". *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, 19:87-126.
- \_\_\_\_\_. 1961. "Anvers aux XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles". *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*, 16:248-78.
- Van Stuivenberg, J. H. 1975. "The Weber Thesis: Attempt at Interpretation". *Acta Historiae Neerlandicae*, 8:50-66.
- Viner, Jacob. 1948. "Power vs. Plenty as Objectives of Foreign Policy in the Seventeenth and Eighteenth Centuries", *World Politics*, 1:1-29. Republicado in *Revisions in Mercantilism*. Donald C. Coleman (org.). Londres: Methuen, 1969, 61-91.
- Weber, Max. 1904-5. *Die Protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*. Berlin. Trad. Talcott Parsons para *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1930).
- \_\_\_\_\_. 1961. *General Economic History*. Trad. Frank H. Knight. Nova York: Collier Books.
- Wedgwood, Cicely V. 1966. *The King's War, 1641-1647*. Londres: Collins.
- \_\_\_\_\_. 1970a. *The King's Peace, 1637-1641: The Great Rebellion*. Londres: Collins Fontana.
- \_\_\_\_\_. 1970b. *Oliver Cromwell and the Elizabethan Inheritance*. Londres: J. Cape
- West, E. G. 1975. *Education and the Industrial Revolution*. Londres: B. T. Batsford.
- Wiebe, Georg. 1895. *Zur Geschichte der Preisrevolution des XVI und XVII. Jahrhunderts*. Leipzig: Duncker & Humblot.
- Williamson, Jeffrey. 1984. "Why Was British Growth So Slow during the Industrial Revolution?" *Journal of Economic History*, 44:687-712.
- Willan, Thomas S. 1956. *The Early History of the Russia Company, 1553-1603*. Manchester: Manchester University Press.
- \_\_\_\_\_. 1973. *The Muscovy Merchants of 1555*. Nova York: A. M. Kelly.
- \_\_\_\_\_. 1968. *Studies in Elizabethan Foreign Trade*. Nova York: A. M. Kelly.
- Wilson, Charles. 1949. "Treasure and Trade Balances: The Mercantilist Problem". *Economic History Review*, 2<sup>a</sup> série, 2:152-61.
- \_\_\_\_\_. 1958. *Mercantilism*. Folheto n. 37 da Historical Association. Londres: Historical Association.
- Wilson, Thomas. 1925. *A Discourse Upon Usury By Way of Dialogue and Orations*. Com introdução histórica de R. H. Tawney. Londres: G. Bell.
- Wordie, S. R. 1983. "The Chronology of English Enclosure, 1500-1914". *Economic History Review*, 2<sup>a</sup> série, 36:483-505.
- Wright, Anthony. 1987. *R. H. Tawney*. Manchester: Manchester University Press.
- Wrigley, E. Anthony. 1988. *Continuity, Chance, and Change: The Character of the Industrial Revolution in England*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. 2000. "The Divergence of England: The Growth of the English Economy in the Seventeenth and Eighteenth Centuries" *Transactions of the Royal Society*, 6<sup>a</sup> série, 10:117-41.
- \_\_\_\_\_. 2006. "The Transition to an Advanced Organic Economy: Half a Millennium of English Agriculture". *Economic History Review*, 2<sup>a</sup> série, 59:425-80.
- Wrigley, E. Anthony; Davies, R. S.; Oeppen, J. E.; Schofield, R. S. 1997. *English Population History from Family Reconstitution, 1580-1837*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wrigley, E. Anthony; Schofield, R. S. 1980. *The Population History of England, 1541-1871: A Reconstruction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Yelling, J. A. 1977. *Common Field and Enclosure in England, 1450-1850*. Londres: Macmillan.
- Zell, Michael. 1993. *Industry in the Countryside: Wealden Society in the Sixteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.

## CAPÍTULO 6

## A Idade do Ouro da República Holandesa

OSCAR GELDERBLUM

A IDADE DO OURO HOLANDESA é um ícone do crescimento econômico pré-moderno. A revolta contra Filipe II e seus sucessores, no fim do século XVI e começo do XVII, coincidiu com uma explosão econômica e um florescimento cultural sem precedentes. Entre 1580 e 1650, a Holanda tornou-se o ator principal do comércio europeu – uma realização baseada na agricultura e na pesca comerciais de grande escala, na produção manufatureira orientada para o mercado e na navegação de baixo custo. Além do mais, a combinação de iniciativas militares e comerciais permitiu que as companhias coloniais do país, a VOC (Vereenigde Oost-Indische Compagnie – Companhia Holandesa das Índias Orientais) e a WIC (West-Indische Compagnie – Companhia das Índias Ocidentais) formassem uma vasta rede de entrepostos comerciais na Ásia, na África e na América.

A República Holandesa era um país de empreendedores, uma sociedade em que o meio de vida de um número considerável de homens e mulheres dependia de decisões estratégicas sobre a compra e a venda de bens e serviços.<sup>1</sup> Entre esses empreendedores havia não apenas mercadores envolvidos no comércio de longo curso, mas capitães de navios, pescadores, moleiros, agricultores, artesãos e lojistas. Com exceção dos diretores das sociedades anônimas coloniais e dos gestores de umas poucas grandes propriedades agrícolas e manufaturas – homens que recebiam remuneração fixa por suas decisões estratégicas –, as rendas desses empreendedores dependiam de lucros e perdas que tivessem no mercado.

As origens dessa classe empresarial antecedem a Idade do Ouro em pelo menos dois séculos. Desde o fim do século XIV, os holandeses estavam envolvidos na produção comercial de laticínios, na importação de grãos para a fabricação de pães e na exportação de arenque, cerveja e têxteis. Na primeira metade do século XVI, a comercialização progressiva das atividades rurais prosseguiu com o desenvolvimento da pecuária e da extração da turfa, enquanto mercadores e navegadores das províncias do litoral estabeleciam um comércio regular com Flandres e Brabante, com a região do Báltico, com a Inglaterra e com as costas atlânticas da França e da Espanha. Em resumo, o sucesso empresarial da Idade do Ouro foi em grande parte a realização de um potencial já existente.

Mesmo assim, mudanças significativas ocorreram depois da independência das Províncias Unidas. A retirada de milhares de trabalhadores e artesãos das províncias do sul nas décadas de 1580 e 1590 estimulou a manufatura de têxteis, o refino do açúcar, a indústria bélica, a pintura e a produção de livros, mapas e miríades de outros bens suntuários. A queda de Antuérpia em mãos dos espanhóis em 1585 e a emigração de pelo menos um quinto de sua comunidade mercantil fez

o mercado de Amsterdã crescer em escala e em raio de ação. Enfim, se os Países Baixos não tivessem se tornado independentes do Império dos Habsburgos, sua ligação comercial direta com a África, a América e a Ásia teria sido inconcebível.

Este capítulo analisa a contribuição dada pelos empreendedores da agricultura, da indústria e do comércio à Idade do Ouro holandesa. Será que esses homens e mulheres tinham qualidades pessoais extraordinárias, em termos de capital humano, social ou financeiro? Ou havia um conjunto de instituições legais, políticas e econômicas favoráveis – herdadas de um período anterior ou copiadas de economias mais avançadas – que facultou a um maior número de homens e mulheres do que em qualquer outro lugar da Europa a abertura de suas firmas privadas, a venda de seus bens e serviços e a administração dos riscos decorrentes de sua sujeição às trocas mercantis? Ou não havia nada especial, fosse com os empreendedores, fosse com as instituições, e os holandeses apenas teriam tirado proveito de oportunidades possibilitadas por crises econômicas e guerras permanentes em que se enredaram seus concorrentes do resto da Europa?

### Um país de empreendedores?

Na maior parte dos relatos da Idade do Ouro holandesa, a contribuição dos empreendedores gira em torno das realizações econômicas de um grupo relativamente pequeno de comerciantes e industriais.<sup>2</sup> Entre os suspeitos de sempre estão os ricos e bem-relacionados comerciantes flamengos e portugueses que se radicaram em Amsterdã na virada do século XVII; os competentes fabricantes de instrumentos, cartógrafos, professores, tipógrafos, refinadores de açúcar, pintores e tecelões de seda de Flandres e Brabante, que seguiram o rasto deles; e, no fim do século XVII, os huguenotes vindos da França, experientes tecelões de seda.<sup>3</sup> Pouquíssimos historiadores do empreendedorismo consideraram os vários outros homens e mulheres que tomaram decisões determinantes sobre a compra e venda de bens e serviços.<sup>4</sup> E no entanto, devem ter sido dezenas de milhares.

Um indicador bem grosseiro do número de empreendedores ativos pode ser a proporção da urbanização na República Holandesa. Em meados do século XVII, 40% da população total vivia nas cidades, embora com pronunciadas diferenças regionais. A urbanização na Holanda chegava a 60% da população, uma percentagem impressionante, ao mesmo tempo em que não passava de 25% em diversas das províncias do interior (De Vries e Van der Woude, 1997). Um nível tão alto de urbanização teria sido impensável sem empreendedores. Primeiro vinham os numerosos agricultores, atacadistas, varejistas e navegadores responsáveis pelo abastecimento de alimentos para a população urbana.<sup>5</sup> Depois havia um grupo de artesãos que trabalhava por conta própria e merceeiros que abasteciam os domicílios com todo tipo de bens duráveis (Posthumus, 2008, 269-70, 274). Por fim, a economia holandesa prosperou com a importação e exportação de produtos agrícolas, manufaturas e utensílios coloniais – atividades que estimularam ainda mais o empreendedorismo na cidade e no campo.<sup>6</sup>

Contudo, proclamar que a República Holandesa era um país de empreendedores exige argumentos mais persuasivos. É preciso estimar os números deles. Um

ponto de partida poderia ser a zona rural das províncias litorâneas da Holanda, a Frísia e a Zelândia no fim do século XIV e no século XV, quando a compactação do solo mudou da água para o vinho o panorama econômico da população rural.<sup>7</sup> Camponeses que antes cultivavam grãos passaram a produzir laticínios e carne, além de se dedicar à lavoura comercial do cânhamo e da ruiva-dos-tintureiros, que depois eram comercializados fora da Holanda. Além disso, trabalhavam também como catadores de turfa, pedreiros, pescadores e navegadores, o que deu à economia rural uma feição surpreendentemente moderna, em que pelo menos uma parte das famílias de camponeses ganhava a vida com uma combinação de trabalho assalariado e atividades empreendedoras (Van Bavel, 2003, 2004).

Uma primeira estimativa do número de empreendedores rurais no campo pode ser obtida a partir do número de domicílios envolvidos na produção de laticínios – talvez o mais importante dos setores agropecuários. O cronista italiano Lodovico Guicciardini escreveu, em 1567, que a produção anual de queijo e manteiga na Holanda se equiparava em valor às importações portuguesas de especiarias (Guicciardini et al., 1567). Cálculos preliminares que levam em conta o tamanho reduzido das propriedades e o número limitado de cabeças de gado por domicílio mostram que, por volta de 1500, entre metade e dois terços do total de famílias da Holanda estavam envolvidos na produção leiteira comercial. A maior parte dessas propriedades era produtiva o bastante para garantir pleno emprego para a família e, em alguns casos, para mais alguma criada ou ajudante (Van Bavel e Gelderblom, 2007). Mas o número total de empreendedores rurais na Holanda era maior do que isso. Por um lado, as famílias camponesas dos vilarejos e pequenas cidades dependiam de comerciantes atacadistas e varejistas para se abastecer de alimentos, tecidos e de suprimentos como esterco, feno, forragem, ferramentas e animais de criação.<sup>8</sup> Por outro, havia centenas de pescadores de arenque e navegadores, assim como um pequeno mas próspero contingente de empreendedores que comandavam fábricas de papel, serrarias, refinarias de sal, fornos de ruiva-dos-tintureiros, olarias, azulejarias e estaleiros nas margens dos principais rios e lagos (Woude, 1972; Van Bavel e Van Zanden, 2004).

Mas quantos eram esses empreendedores? Uma reconstrução detalhada da riqueza e da principal ocupação dos chefes de família na pequena cidade de Edam, ao norte de Amsterdã, permite tentar uma estimativa.<sup>9</sup> Em 1462, Edam, com uma população de 2.400 pessoas, tinha pelo menos 200 pescadores, navegadores, atacadistas, construtores de navios e camponeses prósperos (com cinco vacas ou mais). Esse número não inclui padeiros, açougueiros, peixeiros e outros. Supondo-se que a força de trabalho total fosse de dois terços da população, a participação desse tipo de empreendedor, no início do período, era de 12,5%. Em 1560, o número de moradores da cidade chegava a 3.750, mas agora havia menos, e não mais empreendedores (160) com uma condição econômica comparável – fenômeno que pode ser explicado pela redução no número de moradores donos de grandes propriedades pela maior escala das operações industriais e talvez por um domínio mais forte de comerciantes e navegadores de Amsterdã sobre o comércio e a navegação.

Mas a zona rural bastante comercializada da Holanda era um mundo bem diferente, mesmo na República Holandesa.<sup>10</sup> No princípio, só uma parte das

víncias litorâneas da Frísia e da Zelândia experimentavam esse processo de especialização agropecuária.<sup>11</sup> As províncias do interior conservavam vastas áreas em que a agricultura era dominada por atividades de subsistência, nas quais os empreendedores ofereciam um número limitado de bens e serviços (Brusse, 1999). Mesmo assim, ainda se encontram nessas áreas regiões agrícolas muito produtivas, dominadas por um pequeno número de agricultores ricos. Na região do Rio Gueldres, por exemplo, o surgimento precoce de contratos de arrendamento, da obrigação dos proprietários de terras (nobres, instituições religiosas e moradores da cidade) de financiar reparos, obras de irrigação e infraestrutura física contribuiu para uma alta percentagem de investimento (Van Bavel, 2001). Isso estimulou o crescimento de um pequeno grupo de grandes arrendatários que usavam os polpudos rendimentos provenientes da terra para financiar investimentos de curto prazo em gado, sementes, implementos agrícolas e mão de obra. Usando o excedente da força de trabalho criado pela distribuição cada vez mais distorcida da propriedade da terra e dos arrendamentos, eles fizeram progredir a produção para o mercado no decorrer do século XVI.

Entretanto, os lugares mais óbvios para procurar atividade empreendedora são os principais portos e centros manufatureiros envolvidos no comércio interno e internacional. Entre eles estavam Leiden, Haarlem, Roterdã, Middelburg, diversos portos menores da Holanda e da Frísia além, é claro da cidade de Amsterdã. A rica historiografia desta última permite estimar o número de empreendedores que ali trabalhavam no primeiro quartel do século XVII (Quadro 6.1).

#### QUADRO 6.1

Estimativa do número de empreendedores que trabalhavam em diversos setores em Amsterdã, por volta de 1620

Empreendedores	Número	População com 15-64 anos (%)
Comércio varejista	2.600	3,7
Manufatura	2.300	3,3
Comércio atacadista	1.350	1,9
Transporte	1.250	1,8
Outros serviços	1.100	1,6
<b>Total</b>	<b>8.600</b>	<b>12,2</b>

Fontes: Ver apêndice ao capítulo.

O maior grupo de empreendedores de Amsterdã era formado por seus 2.600 lojistas. Eram açougueiros, padeiros, merceiros e comerciantes de sapatos, vinho, peixe e frutas que atendiam a uma população urbana de 120 mil pessoas em 1620. Havia mais ou menos outro tanto de operários, parte deles dedicada também a atender necessidades da população local. No entanto, ao lado de mestres artesãos que produziam roupas, sapatos, utensílios, panelas e outros artigos domésticos havia construtores de navios e outras embarcações, ourives, pintores e tipógrafos que trabalhavam tanto para fregueses locais quanto de

fora. O papel dominante de Amsterdã no comércio internacional se reflete no grande número de comerciantes e navegadores assim como de corretores, donos de pousadas e notários que apoiavam o setor comercial. Juntos, os diversos grupos de empreendedores constituíam uma percentagem estimada de 12,5% da população economicamente ativa de Amsterdã. Se essa proporção é de qualquer forma aplicável a outras cidades da República Holandesa, já em 1600 o número total de empreendedores urbanos chegava quase a 45 mil, subindo para mais de 60 mil em 1650.<sup>12</sup>

#### Empreendedores e inovação

A grande proporção de homens e mulheres que trabalhavam por conta própria nas cidades e vilas foi uma característica de destaque da economia holandesa moderna. Mas seriam todos eles empreendedores no sentido da teoria de Joseph Schumpeter sobre a destruição criativa? Com certeza, a maior parte deles teria reagido a novas oportunidades econômicas, mas não as criaria. Todos os relatos clássicos sobre o estímulo proporcionado pelos empreendedores às mudanças econômicas na Europa pré-industrial depõem a favor de uma definição mais restrita, já que se centram nas qualidades específicas de umas poucas pessoas, entre elas suas aptidões para gerenciamento, conhecimentos técnicos, redes comerciais, capital financeiro e até mesmo um espírito capitalista.<sup>13</sup>

Esse interesse pelos atributos pessoais de uns poucos empreendedores excepcionais encontra eco na historiografia holandesa da Idade do Ouro. É interessante notar que os mercadores e artesãos flamengos que imigraram das províncias do sul depois de 1585 são sempre mencionados como mais capacitados, mais ricos e bem relacionados, além de mais ousados que os holandeses – reputação que eles dividiam com um grupo menor de judeus portugueses que chegaram no mesmo período.<sup>14</sup> Um caso representativo é o de Isaac Lemaire e Dirck van Os, mercadores de Antuérpia que tiveram papel de destaque na expansão do comércio com a Rússia, Espanha e Itália, no comércio de especiarias com as Índias Orientais e nos grandes aterros no norte de Amsterdã. Embora os investimentos de Lemaire na VOC o tenham levado a inúmeros processos, falência e, no fim, a que ele deixasse a cidade, tudo isso só contribuiu para seu renome.<sup>15</sup>

Parece bastante provável que um país catapultado para uma posição de liderança econômica e tecnológica conquistou essa condição por meio de uma mobilização em massa de empreendedores inovadores. Um exemplo seria o de Cornelis Cornelisz. van Uitgeest, agricultor e moleiro de um vilarejo próximo de Amsterdã que construiu a primeira serraria eólica em 1594 (De Vries e Van der Woude, 1997, 345-49; Bonke et al., 2002). O nome de Willem Usselinx ficou ligado à exploração de novos mercados na América a partir de 1600 (Den Heijer, 2005). Na primeira década do século XVI, Lambert van Tweenhuysen deu início a expedições de caça à baleia nos mares do norte.<sup>16</sup> Em 1618 Louis de Geer e Elias Trip começaram a fundar metalúrgicas por toda a Suécia. Mas mesmo que todos esses homens tivessem um excepcional tino para os negócios, seus esforços não bastariam para explicar o extraordinário crescimento da economia holandesa.

Em muitos setores da economia, ocorreram importantes mudanças tecnológicas e organizacionais muito antes da Idade do Ouro. Isso vale tanto para o aperfeiçoamento do projeto dos barcos usados para a pesca do arenque e para a navegação marítima (Unger, 1978) quanto para o processamento de alimentos como manteiga, cerveja e arenque,<sup>17</sup> para a abertura de novos mercados na Escandinávia, na Polônia, na França e na Península Ibérica (Van Tielhof, 2002; Posthumus, 1971; Lesger, 2006), para o manejo da água nos polders da Holanda (Van Tielhof e Van Dam, 2007; Greefs e Hart, 2006), para o aproveitamento da turfa como fonte de energia para a manufatura (Van Tielhof, 2005) e, enfim, para o desenvolvimento de indústrias rurais como o processamento de corantes a partir da ruiva-dos-tintureiros, o refino de sal e a olaria.<sup>18</sup> É importante destacar que muito poucas dessas inovações estão ligadas a algum engenheiro ou empreendedor em particular. Mesmo inventos famosos, como o evisceramento do arenque atribuído ao pescador flamengo Willem Beukelszoon, têm sua autoria contestada (Doorman, 1956).

A ausência de nomes ligados a inovações antes da Idade do Ouro não se deve a um descuido ou a um registro histórico incompleto. Ela também reflete a natureza progressiva das mudanças tecnológicas.<sup>19</sup> Isso fica claro, por exemplo, na cada vez mais competitiva produção de manteiga e queijo na Holanda e na Frísia. A maior quantidade e a melhor qualidade dos laticínios nos séculos XV e XVI foram resultado de mudança no trato, na alimentação e na reprodução do gado, o que levou a uma maior produção leiteira e a adaptações simultâneas no interior das instalações rurais, dos instrumentos para a fabricação de manteiga e queijo e na técnica de preparo desses alimentos. Por causa disso, nenhum camponês ou sua mulher recebeu o crédito por essas realizações. Na verdade, até mesmo a bateadeira a tração animal que substituiu grande parte do trabalho braçal no século XVII é de inventor desconhecido (Boekel, 1929, 42n).

Enquanto isso, o progresso tecnológico da República Holandesa era impulsionado por uma interação constante entre os setores econômicos (Davids, 1995, 2008). Uma dessas redes de inovação girava em torno do moinho de vento holandês (Davids, 1998). Depois de uma pequena transformação que adaptou o moinho de vento, empregado na moagem de grãos, ao abastecimento de água, no século XV, no decorrer da Idade do Ouro essa tecnologia se estendeu à produção de óleo, papel e madeira. A serraria estimulou o crescimento da construção naval holandesa, com todos os seus aperfeiçoamentos no projeto dos navios. A competitividade holandesa no transporte e no comércio, por sua vez, estava relacionada ao aperfeiçoamento dos mapas e instrumentos de navegação, além da invenção do *partenrederij*, um contrato de responsabilidade limitada usado de início na navegação e, mais tarde, na área do papel e nas serrarias (ver adiante “Propriedade e lei do contrato”).

A troca inter-regional de bens e serviços também contribuiu para o progresso de alguns setores. Isso é mais evidente na constante integração entre as províncias do norte e do sul dos Países Baixos no decorrer do século XVI. Em permuta de capital e produtos manufaturados de alto valor, a Holanda exportava grande quantidade de queijo, arenque e turfa. Organizou-se um corredor de comércio de

grãos, peles, sal e vinho do Báltico e da costa atlântica da França. O resultado foi um processo de progressiva especialização econômica (Lesger, 2006; Gelderblom, 2003).

A maior parte das inovações em produtos, mercados e processos produtivos na Idade do Ouro não pode ser atribuída a determinados empreendedores. Mas há poucas exceções, sobretudo nas primeiras décadas seguintes à queda de Antuérpia, em 1585. Entre elas estão os primeiros comerciantes que fizeram negócios com a Itália, a Rússia e a África ocidental, os pioneiros do comércio com a Ásia e a América, a construção do primeiro *fluytschip*, os que imprimiram melhores mapas, o inventor do tear de fita (Vogel, 1986) e os primeiros produtores de artigos suntuários como vidro, tulipas e pentes de marfim. Às vezes é possível discernir um pequeno grupo de homens responsáveis pela invenção de novos produtos e técnicas, como os professores flamengos que ensinavam a contabilidade de partida dobrada nos principais portos da Holanda e da Zelândia, os donos das primeiras refinarias de açúcar e os primeiros comerciantes de joias de Amsterdã (Davids, 2008).<sup>20</sup>

Essa série de inovações na indústria, no transporte e no comércio na virada do século XVII deveu-se, pelo menos em parte, à turbulência política da época. O colapso da economia dos Países Baixos na primeiras décadas da Revolta Holandesa foi de tal monta que a escassez de bens e serviços causou uma alta de preços e minimizou os riscos a correr pelos empreendedores iniciantes, a maioria dos quais imigrantes das províncias do sul. Ao mesmo tempo, os empreendedores identificados com o surgimento de novos mercados, produtos e tecnologias tiraram proveito do conhecimento e da qualificação dos trabalhadores migrantes. Por exemplo, os comerciantes de joias flamengos e portugueses que se radicaram em Amsterdã depois de 1595 entregaram sua produção a ourives e lapidadores de Antuérpia bem qualificados. Os donos das primeiras refinarias de açúcar contrataram experientes mestres alemães e flamengos para supervisionar a produção, limitando sua própria atuação à compra de matérias-primas e à venda do produto final. Combinações semelhantes de trabalhadores especializados e comerciantes abastados ocorreram na produção de têxteis, couro, sal, corantes e fumo.<sup>21</sup>

A organização dessas indústrias urbanas também corroborou a importância do quadro institucional que deu forma à manufatura. As guildas de artesãos nas cidades holandesas permitiam que os comerciantes pagassem salários a mestres artesãos pela produção de artigos suntuários e assim se apropriassem de uma parte considerável do valor agregado do produto. Os artesãos das cidades aceitavam esse tipo de acordo, pelo menos nas fases iniciais da expansão econômica, porque seus ganhos eram suficientes para que alguns deles ascendessem a comerciantes. Isso foi evidenciado por diversos artesãos que começaram como ourives em Amsterdã no fim do século XVI para se tornarem ricos joalheiros no fim da carreira.<sup>22</sup>

As autoridades municipais também tentaram atrair empreendedores iniciantes para suas cidades, em especial nos anos de boom entre 1580 e 1620. Tecelões de seda, vidreiros, refinadores de açúcar e vários outros técnicos se beneficiaram de isenção de impostos, trabalho barato (infantil), empréstimos em condições favoráveis, vendas garantidas e até mesmo instalações de produção completas.<sup>23</sup> O B

principal interesse das municipalidades era a substituição de importações, empregos para os pobres das cidades ou trabalhadores não qualificados e o apoio a indústrias periclitantes. O resultado dessa política é difícil de ser avaliado num contexto em que tantas indústrias de algum modo prosperaram. Por outro lado, depois de poucos anos, diversos empreendedores deixaram as cidades que os acolheram ou mesmo fracassaram, como aconteceu com as tentativas de cultivar amoreiras para substituir a seda importada da Ásia (Eerenbeemt, 1983, 1985, 1993).

Um estímulo bem mais dirigido oferecido à atividade empreendedora foi o sistema de patentes adotado pelos Estados da Holanda no fim do século XVI (Davids, 1995; De Vries e Van der Woude, 1997). Nos setores têxtil, fabril, de transportes e muitos outros, o sistema permitia que os produtores de novos conhecimentos ficassem com uma parte dos lucros gerados da aplicação de suas ideias. Especialmente entre 1580 e 1650, o sistema de patentes deu a centenas de engenheiros e artesãos talentosos a possibilidade de colher os frutos do próprio talento. Outro instrumento usado pelo governo para estimular a inovação foi a concessão de monopólios para a entrada em novos mercados ou para a venda de novos artigos. Esses direitos à exclusividade nas compras e vendas – apropriadamente chamados de *octrooien* (privilégios), da mesma forma que as patentes das novidades técnicas – criaram recompensas financeiras semelhantes para os inovadores (Davids, 1995). Os exemplos mais conhecidos são os de sociedades anônimas que comerciavam com a Ásia e a América, mas os direitos de monopólio também eram concedidos a baleeiros que trabalhavam perto da Groenlândia (Hacquebord, 1994), a fanqueiros flamengos em Leiden (Posthumus, 1939) e a produtores de bens perecíveis, como o almiscar, substância odorífera extraída de felinos africanos e usada na fabricação de perfumes (Prins, 1936). Com exceção das companhias coloniais, nenhum desses monopólios sobreviveu além de 1650, embora mais tarde empreendedores holandeses tenham obtido direitos semelhantes de governantes estrangeiros na tentativa de estimular sua própria economia (Eeghen, 1961).

A eliminação da concorrência por meio de cartéis e monopólios é malvista porque cria rendas que, segundo se crê, excedem o lucros necessários para a remuneração do trabalho e do capital. No entanto, na prática, a finalidade dos *octrooien* holandeses era justo essas rendas: uma receita que os empreendedores podiam usar para pagar os custos de instalação, e parte dos riscos implícitos nas novas atividades.<sup>24</sup> Esse raciocínio financeiro traduz a concepção de empreendedorismo de Joseph Schumpeter e aponta para uma explicação final e talvez mais importante da ampla aplicação de novos conhecimentos durante a Idade do Ouro holandesa: a maior habilidade dos empreendedores para mobilizar capital para o investimento em agricultura, indústria e serviços.

### Riqueza

Bastante intrigante na Idade do Ouro holandesa é a ausência quase que completa, já em 1580, de empreendedores bastante ricos para financiar grandes investimentos na agricultura, na indústria e no comércio. Antes da Revolta Holandesa, cervejeiros, fabricantes de tecidos e comerciantes da região norte dos Países Baixos

não tinham mais que alguns milhares de florins (Brünner, 1924). Em 1498, por exemplo, apenas cinco negociantes de tecidos em Leiden – na época a principal produtora de tecidos de lã da Holanda – tinham um patrimônio superior a 5 mil florins (Posthumus, 1908, 278). Bem modesto era também o capital dos comerciantes e produtores que atuavam na Holanda e na Zelândia em meados do século XVI. Em 1543, os arrecadadores de impostos de Habsburgo calculavam o capital investido por empreendedores de Amsterdã, Delft, Middelburg, Flushing e Veere em 6 mil florins ou menos.<sup>25</sup> Essa estimativa beira a insignificância se comparada às dezenas de milhares de florins, e às vezes muito mais, que possuíam os mais ricos comerciantes locais e estrangeiros em Antuérpia naquela época.

Assim, não é de admirar que muitos historiadores tenham afirmado que a expansão econômica só começou de fato quando os ricos comerciantes das províncias do sul foram para o norte. O capital deles teria permitido a rápida expansão do comércio dentro da Europa, a fundação das companhias coloniais VOC (1602) e WIC (1621) e o generalizado crescimento do volume de negócios a partir do preciso instante em que se fundou o Banco de Amsterdã, em 1609. No entanto, um olhar mais atento à riqueza desses imigrantes mostra que a imensa maioria deles chegou a Amsterdã com pouco ou nenhum dinheiro. Mesmo os maiores investidores da VOC começaram com um modesto capital de alguns milhares de florins (Gelderblom, 2000; ver também Gelderblom, 2003). Os poucos dados disponíveis sobre a riqueza de outros comerciantes imigrados, sobretudo alemães, judeus portugueses e ingleses, mostram um quadro semelhante.

Isso não quer dizer que esses empreendedores não tenham dado contribuição alguma para o crescimento do mercado de Amsterdã. Muito pelo contrário. Em Amsterdã, os imigrantes vindos das províncias do sul e seus filhos formavam um terço da comunidade mercantil entre 1580 e 1630. Sua riqueza pessoal estava alinhada com essa participação, e por conseguinte sua chegada elevou o capital disponível para investimentos em cerca de 50%. No entanto, se esses capitais eram mesmo pequenos, como se explica o crescimento explosivo da economia holandesa entre 1590 e 1620, aproximadamente?

Uma explicação possível seria que o fechamento do Rio Escalda aos transportes e a guerra que ocupou o império dos Habsburgos, a França e a Inglaterra geraram lucros inesperados para mercadores das Províncias Unidas dispostos a correr riscos e negociar com a Península Ibérica, a Itália e o Levante. No entanto, em todos esses mercados, os holandeses tinham de competir com os comerciantes ingleses e franceses. Ao mesmo tempo, o retorno sobre investimentos feitos no competitivo circuito do Báltico – a tradicional cidadela holandesa – nunca eram superiores a 5% ou 10% (Van Tielhof, 2002; Gelderblom, 2000).

Uma alavanca muito mais importante de riqueza foi o comércio com as Índias Orientais. Em 1608, o retorno acumulado das primeiras companhias de navegação de Amsterdã entre 1595 e 1602 chegava a 15 milhões de florins, contra um investimento total de 9 milhões – inclusive um investimento de 3,6 milhões nos escritórios locais da VOC em 1602. A Companhia Holandesa das Índias Orientais foi tão ou mais lucrativa nas décadas seguintes. Em 1631, trinta anos depois de sua fundação, tinha pago dividendos num total de 11 milhões de florins. Em ou-

tras palavras, os investidores de Amsterdã no comércio das Índias Orientais acumularam 17 (6 + 11) milhões de florins em menos de quarenta anos. Para pôr esse número em perspectiva, a estimativa para a cobrança do imposto de 0,5% sobre a riqueza, em 1631, calculava o patrimônio de toda a população em 66 milhões de florins – 35 milhões atribuídos só à comunidade de comerciantes. Mesmo que esse imposto não tenha incluído bens móveis e os contribuintes tenham calculado a menos sua riqueza, a contribuição do comércio das Índias Orientais para a riqueza de Amsterdã foi astronômica. Mas como foi que comerciantes de recursos limitados conseguiram reunir um capital inicial tão volumoso?

### Propriedades e lei de contrato

Um empreendedor com recursos limitados depende de outros para financiar seu negócio. Na Europa pré-industrial, o meio predileto de levantar capital adicional era recorrer aos parentes. Na agricultura, na indústria, nos transportes e no comércio dos holandeses não era diferente. Por um lado, pais, irmãos, tios e primos trabalhavam juntos, em sociedades. Por outro, parentes com dinheiro de sobra que não queriam se expor a riscos comerciais podiam entregar seu dinheiro a membros empreendedores da família a troco de um retorno fixo sobre o empréstimo. Por meio do casamento e das antigas amizades também era possível ampliar o círculo de parceiros e credores.

O problema financeiro que se apresentava aos empreendedores da República Holandesa no início da Idade do Ouro era que a riqueza dos parentes e amigos era limitada, enquanto projetos de investimento potencialmente rentáveis não faltavam. A única maneira possível de tirar proveito dessas oportunidades era encontrar investidores de fora – parceiros com os quais dividir lucros e perdas ou emprestadores dispostos a participar com seu dinheiro em troca de uma remuneração fixa. No entanto, sem ter relações pessoais em que se apoiar, era mais difícil para os investidores de fora determinar de antemão a confiabilidade de potenciais sócios ou devedores e garantir o cumprimento dos compromissos contraídos. Isso estimulou a criação de contratos de conversão da dívida em capital de risco (ou capital social), que possibilitavam a transferência de recursos entre estranhos.

Uma primeira solução foi a adaptação da sociedade coletiva por meio da redação de contratos sociais.<sup>26</sup> A especificação da duração e da finalidade de um empreendimento conjunto limitava a responsabilidade dos sócios a transações que se enquadrassem nos termos do acordo. Documentos cartoriais ainda encontrados em Amsterdã mostram que esses contratos sociais eram usados em diversos setores econômicos. No entanto, a difusão dessa limitação básica da responsabilidade pode ter sido muito maior, já que no fim do século XVI bastava que os sócios fizessem um acordo por escrito em privado (por exemplo, Moree, 1990). O que os contratos sociais não podiam fazer era limitar a responsabilidade pelas dívidas que os sócios contraíssem dentro dos limites do acordo. Em outras palavras, o credor de uma firma poderia sempre reclamar uma dívida pendente a qualquer sócio da companhia – deixando a esse sócio a divisão do fardo com os demais. É

por isso que mesmo os contratos sociais eram muitas vezes firmados entre empreendedores que tinham laços sociais entre si.

Uma saída para essa situação foi encontrada com a criação do *partenrederij* – um acordo contratual de propriedade conjunta de embarcações de pesca, transporte ou comércio (Riemersma, 1952; Posthumus, 1953; Broeze, 1976-78). No que parece ter sido uma adaptação da limitação em geral aceita das perdas ocorridas no mar ao valor total de um empreendimento de navegação, o *partenrederij* limitava a responsabilidade de cada um dos sócios ao valor de seu investimento. Não era raro que a propriedade fosse dividida em 8, 16, 32 ou mais cotas, dando assim a pessoas de menores recursos a oportunidade de participar de um empreendimento lucrativo. Além disso, o contrato permitia que se delegasse o gerenciamento da companhia a um ou dois donos, permitindo a participação de um número muito maior de investidores. Permanece obscuro quando e onde essa forma contratual surgiu, mas com certeza em 1450 era uma prática comum na pesca e na navegação dos Países Baixos e do norte da Alemanha.

Na Idade do Ouro, o *partenrederij* se estendeu a diversos outros setores que exigiam muito capital, como fábricas de papel, serrarias, exploração de turfa e, em especial, as primeiras investidas comerciais na África ocidental e na Ásia.<sup>27</sup> Todas as companhias coloniais pioneiras que zarparam de Amsterdã, Roterdã, Middelburg e algumas outras cidades portuárias na década de 1590 tinham como proprietários dezenas de cotistas, muitos dos quais revendiam parte de seus investimentos a outras pessoas. Na verdade, a organização financeira da VOC era muito semelhante à dos *partenrederijen*, ainda que com uma diferença fundamental: pressupunha-se que os investimentos na VOC deveriam ser usados em mais de uma viagem. A primeira carta patente de uma empresa estipulava um prazo de dez anos para a restituição das cotas iniciais, e esse prazo era depois prolongado diversas vezes para formar uma sociedade anônima permanente de fato.

Em 1650, o financiamento com participação e responsabilidade limitada era uma prática holandesa frequente na navegação marítima, na pesca do arenque, na caça da baleia, no comércio colonial e em algumas manufaturas que exigiam muito capital, mas não em outros setores da economia (De Vries e Van der Woude, 1997). Na agricultura, no comércio atacadista, no varejo e na produção artesanal os empreendedores continuavam trabalhando com os próprios recursos ou em pequenas parcerias. Uma ampliação de seu capital de giro, quando necessária, se conseguia por meio de empréstimos de médio ou longo prazo, levantados sobretudo com parentes e com estranhos. Não obstante, para obter crédito de estranhos, eles tinham de apresentar algum tipo de garantia para assegurar ao credor que ele teria seu dinheiro de volta.

De modo surpreendente, uma das formas mais antigas de garantia se baseava ainda em relações pessoais: sobretudo no recurso a avalistas que conheciam bem a situação financeira do devedor e tinham uma reputação ilibada reconhecida pelo credor. Desde que o avalista pudesse ser encontrado com facilidade pelo credor em caso de inadimplência, a fiança era de grande valia para assegurar o reembolso.<sup>28</sup> É impossível dizer que volume de crédito foi possibilitado por avalistas pessoais, mas documentos cartoriais levam a crer que a modalidade foi

bem usada no comércio, na indústria e na agricultura dos holandeses, antes e durante a Idade de Ouro.

De outro modo, empreendedores que não podiam ou não queriam depender da fiança proporcionada por parentes e amigos próximos podiam dar suas propriedades como garantia. Uma possibilidade óbvia era usar a própria produção para garantir os empréstimos. Naturalmente, este é o princípio sobre o qual repousa o pagamento a prazo de bens, mas era usado também para operações creditícias de prazo mais longo. Camponeses da Holanda e da Zelândia, por exemplo, assinavam contratos a termo para a venda de grãos, ruiva-dos-tintureiros e manteiga. Artesãos e varejistas das cidades deixavam suas propriedades com penhoristas e *banken van lening* para obter dinheiro vivo.<sup>29</sup> No entanto, o uso de mercadorias como garantia tinha sérias limitações. Os credores eram obrigados a avaliar com precisão a qualidade dos bens e armazená-los em lugar seguro para evitar deterioração, danos, roubo ou apropriação pelo devedor (Gelderblom e Jonker, 2005). A última exigência, em especial, dificultava a venda imediata dos bens. Além disso, deixar bens em mãos de um emprestador era pouco prático para empreendedores que pretendiam vendê-los sem demora.<sup>30</sup>

Um meio mais apropriado de obter financiamento de longo prazo era a venda de anuidades garantidas por propriedades imobiliárias. Esse instrumento foi usado a princípio nos Países Baixos no século XIII e sua importância aumentou ao longo dos séculos seguintes (Zuijderduijn, 2007). Empreendedores que precisavam de dinheiro cediam o direito a seus rendimentos de um ano (*rente*) em troca de uma grande soma. Para poupadores que tinham um excedente em dinheiro e queriam garantir um fluxo de rendimentos futuros sem correr altos riscos era uma proposta tentadora. Por um lado, a *rente* não era considerada usura. Por outro, o valor da propriedade imobiliária dada em garantia era estável, sobretudo porque cada vez mais se construía casas de tijolos em lugar de madeira. Além disso, a legislação implantada por Carlos V no começo do século XVI dava aos credores que pretendiam liquidar as propriedades reivindicadas o direito de vendê-las a uma terceira parte (Van der Wee, 1967; Gelderblom e Jonker, 2004). Enfim, todas as transações imobiliárias e as operações de crédito a elas relacionadas tinham de ser registradas pelas autoridades das cidades e vilas.<sup>31</sup> Essa medida foi implantada com propósitos fiscais, mas com certeza os registros continham todas as informações de que os compradores de *renten* precisavam sobre seus devedores – informação que podia ser usada em caso de inadimplência.

Indícios colhidos em diversos pontos dos Países Baixos mostram que as anuidades eram um meio importante para que os pequenos empreendedores expandissem suas operações. Na Holanda e em Brabante, sobrevivem registros urbanos de dívidas privadas a partir do fim do século XV.<sup>32</sup> Um estudo de caso no ramo do comércio de joias mostra que em Antuérpia, entre 1530 e 1565, ourives e lapidadores de diamantes de Flandres, Brabante e Holanda vendiam anuidades para se estabelecer como comerciantes de joias independentes.<sup>33</sup> Uma análise preliminar das anuidades registradas pelo juiz de Leiden em 1620 e 1660 revela um modelo semelhante (Quadro 6.2).

Em 1620, cerca de 170 pequenos empreendedores de Leiden venderam anuidades por um valor total de 77 mil florins. Metade desses homens trabalhava na

indústria têxtil ou na construção civil, enquanto artesãos, varejistas, navegadores e pescadores constituíam um terço dos restantes. Calculado em 450 florins, o valor médio de todas as anuidades era bastante baixo, em especial se comparado ao das poucas anuidades vendidas por comerciantes atacadistas (no valor médio de 1.800 florins). Quarenta anos depois, o número de empreendedores que usava esse instrumento de crédito não aumentara muito, mas o valor de cada uma de suas dívidas quase triplicara. Construtores, fabricantes de tecidos e outros artesãos ainda eram a maioria entre os emprestadores.

Mas o sistema de anuidades tinha suas limitações quando se tratava de financiar negócios. Além do registro obrigatório, as taxas de juros estavam fixadas em 6,25%, adequadas para o século XVI mas cada vez menos competitivas no século XVII (Gelderblom e Jonker, 2004). Esse problema acabou sendo resolvido com a redução da taxa oficial, mas houve outras dificuldades. A mais importante: só se podia vincular um determinado número de *renten* a uma dada propriedade imobiliária – limitação que seria sentida no fim do século XVII e no século seguinte, quando as cidades já não cresciam e os valores dos aluguéis estavam estabilizados ou até mesmo reduzidos. Assim, além das anuidades, os empreendedores tinham necessidade real de outros empréstimos de médio ou longo prazo que não dependessem da propriedade de imóveis. Mas o que mais eles podiam oferecer como garantia?

#### QUADRO 6.2

Número e valor total das anuidades registradas pelo representante de Leiden em 1620 e 1660

Setor econômico	1620	1620	1660	1660
	Número	Valor	Número	Valor
Construção	47	26.732	25	34.300
Indústria têxtil	41	12.144	12	8.100
Alimentos e bebidas	14	7.613	9	9.300
Pesca e transporte	15	6.936	1	800
Artesanatos vários	15	5.639	9	7.950
Comércio atacadista	2	3.600	3	12.000
Manuseadores de bens	4	650	3	3.100
Professores	1	500	2	4.500
Funcionários públicos			1	800
Viúvas	10	2.738	11	8.550
Desconhecidos	20	10.628	104	118.431
<b>Total</b>	<b>169</b>	<b>77.179</b>	<b>180</b>	<b>207.832</b>

Fonte: Arquivos da cidade de Leiden, *Rentenboeken*, inv. n. 71, números P, Q, LL, MM, NN, OO.

Em meados do século XVI, comerciantes do mercado financeiro de Antuérpia começaram a vender notas promissórias. Esses instrumentos de crédito, usados também em outros países, eram transferíveis e garantiam empréstimos

com prazos fixos de três, seis ou doze meses (Ehrenberg, 1896, 25; Van der Wee, 1967, 1080-81; Van der Wee, 1977). A partir de 1585, a emigração em massa de comerciantes de Antuérpia levou a nota promissória a Amsterdã. A vantagem da nota promissória sobre as anuidades e os empréstimos familiares era que os credores podiam determinar com antecedência quando queriam o dinheiro de volta. Para os tomadores de empréstimos isso não era problema, já que podiam contratar vários empréstimos e programar as datas de vencimento.<sup>34</sup> Além disso, na prática muitas dessas notas eram roladas após o vencimento, o que na realidade criava um instrumento de crédito de longo prazo (Gelderblom e Jonker, 2004).

O único problema que restava, pelo menos para os credores, dizia respeito à garantia. Os tomadores de empréstimo apenas empenhavam sua pessoa e seus bens sem maiores especificações. Ainda que cada nota representasse uma pequena quantia – raramente mais de mil ou 1,5 mil florins – a liquidação de uma dívida podia ser problemática por causa de uma garantia tão genérica. A portabilidade das notas, estabelecida por uma ordenação imperial, na verdade não resolvia o problema porque só mercadores que conhecessem a situação financeira de um devedor poderiam querer comprar-lhe a dívida. Daí a ordenação complementar de Carlos V em 1543, limitando o uso das notas promissórias a comerciantes que atuassem na Bolsa de Antuérpia (Gelderblom e Jonker, 2004).

Foi a fundação da Companhia Holandesa das Índias Orientais, em 1602, que enfim criou a garantia de empréstimo ideal: a cota da VOC.<sup>35</sup> Comerciantes de Amsterdã, que na década de 1590 tinham começado a usar notas promissórias à moda de Antuérpia para atrair investimentos, reconheceram o potencial do sistema de cotas de imediato: “Eram papéis de uma empresa que todos conheciam, de muita liquidez, fáceis de vender em caso de inadimplência, com cotação de preço diária para avaliação rápida e proprietários facilmente identificáveis” (Gelderblom e Jonker, 2004, 660). Empréstimo com a garantia de cotas – técnica financeira ainda muito usada nos dias atuais – permitia que comerciantes sem vínculos pessoais entrassem em operações de crédito, já que o emprestador sempre podia liquidar a cota. Não demorou muito para que essa técnica lançasse raízes e se generalizasse na comunidade mercantil.

Mas de que forma pequenos empreendedores que não possuíam cotas da VOC conseguiriam capital adicional para seu negócio? Essa pergunta constitui o cerne da pesquisa atual sobre a evolução dos mercados financeiros na República Holandesa. Uma resposta bastante hesitante, baseada em dados coletados em uma cidade durante um ano, aponta para o papel que os notários podem ter desempenhado no ajuste da oferta e da demanda de dinheiro. Os protocolos remanescentes dos notários de Gouda em 1650 mostram anotações referentes a 220 obrigações para um grupo variado de artesãos, navegadores, varejistas e outros pequenos negociantes. Uma comparação com o valor total das anuidades vendidas no mesmo ano (registradas principalmente pelo juiz, mas às vezes também por notários) sugere que o crédito notarial pode ter preenchido um vazio, já que se sabe que isso ocorreu no início da França moderna.<sup>36</sup> Mas tudo não passa de conjecturas, já que os dados disponíveis nos dias de hoje são escassos.

QUADRO 6.3

Obrigações e anuidades registradas em cartórios pelo juizado de Gouda em 1650

Setor	Notas promissórias		Anuidades	
	Número	Valor	Número	Valor
Alimentos e bebidas	18	13.424	5	2.900
Artesanatos vários	15	6.155	32	11.336
Serviços	6	6.724	3	3.500
Construção civil	12	6.260	6	2.500
Pesca e transporte	18	4.321	2	200
Comércio atacadista	6	3.745	1	200
Profissionais liberais	3	2.300		
Funcionários públicos	3	725		
Indústria têxtil	3	612	10	2.190
<i>Desconhecidos</i>	140	75.843	29	10.450
<b>Total</b>	<b>224</b>	<b>120.109</b>	<b>88</b>	<b>33.276</b>

Fontes: Arquivos da cidade de Gouda, Oud Rechterlijk Archief, inv. n. VII, 1649-655; Arquivos notariais 1650.

### Riscos

Tomar decisões com discernimento sobre a comercialização de bens e serviços implica risco – e não apenas referente a flutuações de preços imprevistas causadas por condições adversas do mercado. Os empreendedores holandeses também enfrentavam catástrofes naturais, guerras, criminalidade e comportamentos desonestos de sócios e empregados (Leeuwen, 2000). Os agricultores sofriam com frequência os rigores do clima, doenças e guerras. Comerciantes, navegadores e pescadores enfrentavam naufrágios e ataques de corsários. Atacadistas, varejistas e industriais tinham de se haver com ladrões, inadimplência de clientes e adulteração de produtos por fornecedores. Os empreendedores holandeses, como outros quaisquer, pretendiam evitar esses infortúnios ou pelo menos garantir uma compensação pelas perdas esperadas.<sup>37</sup>

As autoridades municipais e centrais das Províncias Unidas desempenharam papel fundamental na prevenção do oportunismo, da violência e, pode-se afirmar, até mesmo de desastres naturais (Gelderblom, 2003). É claro que os governantes holandeses sabiam que não podiam interferir nos designios de Deus, mas mesmo assim fizeram algumas tentativas de limitar os danos causados pela maior das ameaças naturais: a água. Com a formação de conselhos da água no fim da Idade Média, os holandeses criaram um eficiente aparato administrativo para evitar inundações nas áreas mais baixas, com frequência submersas, das províncias litorâneas. Proprietários e arrendatários de terras foram obrigados de início a contribuir com trabalho e depois com dinheiro para a construção e manutenção de canais, diques, eclusas e moinhos de vento. Mesmo com ocasionais acusações recíprocas de negligência entre conselhos da água de regiões vizinhas, o sistema de modo geral teve sucesso na estabilização da qualidade do solo (Van Tielhof, 2009).

A prevenção de assaltos violentos contra empreendedores na República Holandesa dependia também da intervenção governamental. Já no fim da Idade Média, as cidades tinham se reservado um monopólio local do controle da violência que lhes permitia reprimir a ação de assaltantes, gatunos e outros criminosos. Por meio da persuasão e da repressão em tese branda, os juízes municipais da Holanda também conseguiram cortar pela raiz dezenas de protestos relacionados a alimentos e impostos que pipocaram nos séculos XVII e XVIII (Dekker, 1982). Ao mesmo tempo, os holandeses conseguiram empurrar o palco de sua guerra de independência para as áreas limítrofes de seu território, garantindo assim a continuidade das transações com bens e serviços no interior, ou seja, na Holanda (Tracy, 2004). Enfim, a República Holandesa foi um dos primeiros Estados europeus a criar uma Marinha permanente que lhe servia, entre outras coisas, para proteger a frota mercante (Bruijn, 1993).

Além disso, os governantes municipais e centrais contribuíram para a prevenção da fraude e da negligência por parte de sócios comerciais, empregados e outros agentes. Mesmo mostrando uma marcada preferência por comerciar com parentes e amigos, a dependência do mercado tornava inevitáveis transações dos negociantes holandeses com estranhos (Gelderblom, 2003). Criando uma infraestrutura de mercado e regulamentando a intermediação financeira e comercial, os juízes municipais facilitaram a busca de agentes honestos. Os tribunais municipais facilitavam a rápida solução do maior número possível de conflitos comerciais, embora deixando em aberto a possibilidade de recurso a tribunais superiores (Gelderblom, 2005).

Um importante passo na solução de disputas na Idade do Ouro holandesa surgiu de um esforço integrado de juízes e empreendedores. Por um lado, os tribunais passaram a aceitar livros contábeis como prova legítima no caso de conflitos a respeito de transações. Por outro, os negociantes levavam um registro cada vez mais detalhado de suas transações comerciais e financeiras.<sup>38</sup> Não é de surpreender que os comerciantes de longo curso nos principais portos da República Holandesa tenham aprendido a usar a contabilidade de partida dobrada. No entanto, o costume de manter registros escritos do dinheiro e dos bens de uma pessoa transcendeu para muito mais longe. Agricultores, produtores de têxteis e varejistas também levavam contabilidade detalhada de suas operações. As mulheres também aprendiam a desempenhar essa tarefa, como mostram diversos livros contábeis do século XVII (Sterck, 1916; Boot, 1974, 32-33; Vrugt, 1996). Com a aceitação dos registros contábeis pelos tribunais, o que era de início um instrumento de controle passou a servir também como meio de impor o cumprimento de obrigações contratuais.

Finalmente, o papel do governo na minimização dos efeitos deletérios da flutuação de preços variou muito de um setor a outro. Embora o comércio europeu não estivesse sujeito a barreiras alfandegárias, as duas grandes companhias coloniais ganharam monopólios absolutos desde sua criação. Na agricultura, camponeses e agricultores podiam produzir o que quisessem, mas os magistrados urbanos não se furtavam a regular o abastecimento de grãos, pão e outros artigos de primeira necessidade se com isso pudessem evitar desabastecimento. Na indústria, algumas

guildas usavam seu poder corporativo para afastar concorrentes e garantir receitas certas para seus membros, enquanto outras autorizavam a subcontratação ou a produção por terceiros (Prak, 1994; Davids, 1995; Posthumus, 1908, 118-29, 275). A liberdade de subcontratar existiu com certeza em ramos industriais dedicados ao processamento de matérias-primas coloniais, como açúcar e diamantes.

Apesar de todas essas iniciativas, ocorriam catástrofes naturais, violência, oportunismo e flutuações de preços (Klein e Veluwenkamp, 1993, 27-53). Assim, os empreendedores tiveram de pensar em medidas para lidar com esses riscos. Uma solução elementar, embora não necessariamente sábia, era limitar a própria exposição ao mercado. Isso foi bastante comum nas primeiras fases da agropecuária comercial holandesa. Embora já produzindo manteiga, queijo e cânhamo para o mercado, as famílias camponesas da Holanda continuavam a produzir pelo menos parte de seus alimentos, buscando ao mesmo tempo empregos adicionais na extração de turfa, na pesca, na navegação e em todo tipo de trabalho braçal nas grandes fazendas (Van Bavel, 2003; Baars, 1975, 28). Os artesãos urbanos também combinavam o trabalho por conta própria com trabalho assalariado para outrem. Exemplo disso são os ourives e lapidadores de diamantes em Amsterdã, que no início do século XVII recebiam remuneração pelas joias que produziam para comerciantes locais. Até o presente a amplitude desse fenômeno de terceirização urbana ainda não foi bem estudado.

No entanto, a economia holandesa se destaca pelo grande número de empreendedores cujos ingressos dependiam de ganhos e perdas no mercado. Para homens e mulheres com recursos modestos — o que com certeza englobava a maior parte dos camponeses, artesãos e varejistas — a preservação de uma clientela estável era garantia de ganhos certos. Os empreendedores com interesses mais financeiros também podiam tentar diversificar seus negócios. Foi essa a estratégia normal dos comerciantes que trabalhavam em Amsterdã nas primeiras décadas da Idade do Ouro. Operavam em diversos mercados europeus, com diversos produtos, e ao mesmo tempo investiam na navegação, na caça da baleia, na indústria e até em aterros de áreas alagadas. As companhias de navegação por cotas (*partenrederijen*) não raro permitiam que comerciantes com poucos recursos fizessem investimentos. Uma preferência similar pela diversificação pode ser encontrada na agropecuária, em que produtores de derivados de leite usavam parte de suas terras para cultivar forragem e plantadores de grãos começaram a produzir fumo.

Mas a cultura casada nem sempre era possível. Na Zelândia, por exemplo, a escolha básica dos agricultores se dava entre grãos e ruiva-dos-tintureiros, cultivos que imobilizavam capital durante um bom tempo, com vendas concentradas na época da safra e, por conseguinte, grande susceptibilidade a condições adversas do mercado. Para a produção da ruiva-dos-tintureiros uma solução foi a transferência dos riscos financeiros a financistas urbanos. Comerciantes de Roterdã compravam a ruiva-dos-tintureiros ainda no campo e, depois de seu processamento, vendiam as várias qualidades de corante vermelho aos finalizadores de tecidos de toda a Holanda e no exterior (Priester, 1998; Baars, 1975, 22, 52).

O mais alentado comércio de futuros da Idade do Ouro ocorreu em Amsterdã. Nessa cidade, os comerciantes começaram a usar contratos para entrega futura

de grãos em meados da década de 1550. A compra de produtos cuja escassez era previsível provocou o clamor público, mas apesar de medidas tomadas pelo governo para impedir novas transações desse tipo, o comércio de futuros continuou e nos anos seguintes se estendeu a outras mercadorias intensamente negociadas, como o arenque e o açúcar, além de cotas da VOC e tulipas. Assim, coube a um grupo bastante grande de ricos comerciantes correr os riscos financeiros que esse comércio acarretava, e por conseguinte essa não passou de uma solução marginal para os riscos inerentes ao comércio de longa distância.

Meio muito menos polêmico de transferir riscos a terceiros foi o seguro marítimo. Surgido na Itália no século XIV, esse instrumento passou a ser usado com regularidade por comerciantes de Antuérpia no século XVI. As primeiras apólices foram emitidas provavelmente na década de 1590, para proteger as viagens feitas por rotas de comércio que cruzavam regiões em conflito em direção ao sul da Europa. Em 1650, comerciantes de Amsterdã já podiam contratar seguros para o transporte de mercadorias a toda a Europa, enquanto mercados menores vinham surgindo em portos secundários como Middelburg e Roterdã.

### Conclusão

Na Idade Média tardia, as condições cada vez piores do solo criaram uma vantagem comparativa para os camponeses da Holanda, especializados na produção de laticínios, na navegação, na pesca, na extração da turfa e na produção de têxteis. Esse próspero reduto rural, a que se somavam a proximidade de regiões com estruturas muito diferentes de oportunidades, o fácil acesso aos mares do norte e a imensa quantidade de rios e lagos navegáveis, levou a um avanço precoce da navegação interna e marítima e do comércio nacional e internacional a partir de 1400. No século XVI, a economia holandesa desenvolveu uma relação complementar com as das províncias do sul. Produtos suntuários e capital começaram a fluir para o norte, enquanto alimentos, matérias-primas e serviços de transportes eram vendidos no sul.

Essa antiga interdependência das duas regiões é uma explicação para a emigração de tantos comerciantes e artesãos de Flandres e Brabante nos anos que se seguiram à Revolta Holandesa. A explosão do comércio, da navegação e da produção industrial e agrícola que sobreveio levou muitos historiadores a insistir na riqueza pessoal, nas redes de contatos, na qualificação comercial e técnica ou mesmo no espírito capitalista desses imigrantes. Além dos numerosos recém-chegados flamengos e do grupo muito menor de judeus portugueses, havia uma comunidade ainda maior de empreendedores locais que foram do mesmo modo bem-sucedidos na introdução de novos produtos ou exploração de novos mercados. Navegação marítima, indústria têxtil, moagem, pesca, comércio colonial, processamento de alimentos – cada um desses setores apresentou importantes inovações entre 1580 e 1650.

Mais importante que as qualificações particulares de um pequeno grupo de empreendedores inovadores foi o marco institucional que permitiu a um número muito maior de homens e mulheres de recursos modestos estabelecer o próprio negócio para a venda de produtos ou serviços. Por um lado, cidades e vilas criaram

mercados adequados no que se refere à estrutura física, aos sistemas de pagamento, às regras contratuais e a um sistema legal de proteção aos comerciantes e a seus bens contra a violência e o oportunismo. Por outro, a República Holandesa implementou eficientes fatores de mercado que permitiram a empreendedores contratar trabalhadores, arrendar a terra e obter capital para investir em suas operações. O mercado de bens físicos e de capital contribuiu também com uma melhor gestão dos riscos inerentes a decisões críticas sobre a comercialização de bens e serviços.

As vantagens disso para os empreendedores holandeses foram notáveis. Da década de 1580 em diante, comerciantes e industriais acumularam grande quantidade de capital. O comércio colonial, as manufaturas urbanas e o intercâmbio de bens dentro da Europa ajudaram a construir grandes fortunas (Soltow e Van Zanden, 1998). O reinvestimento do dinheiro ganho continuou até pelo menos meados do século XVII. Nessa época, a República Holandesa tinha uma classe média que consistia de dezenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras independentes que levavam uma vida confortável na sociedade holandesa urbanizada (De Vries e Van der Woude, 1997, 507-606). Um grupo reduzido de governantes e funcionários públicos vivia com ainda mais conforto, mas a grande maioria da população holandesa tinha de se contentar com modestos salários ou ainda menos que isso (Prak, 2005, 122-34).

Os empreendedores holandeses se deram tão bem na Idade do Ouro que é difícil explicar por que a economia perdeu muito de seu impulso no fim do século XVII e no século XVIII. A população parou de crescer; o ritmo do avanço tecnológico diminuiu, e o comércio exterior e a indústria estagnaram. Já se disse que esse é um caso clássico de deficiência empresarial.<sup>39</sup> A criação de monopólios e cartéis aumentou a aversão ao risco e até mesmo o consumo ostentatório pode ter sufocado o crescimento. É uma ideia atraente, dada a imagem da República do século XVIII como um espaço de governantes e *rentieriers*. Poucas famílias permaneciam em seu ramo por mais de três gerações, a riqueza do país concentrou-se cada vez mais em mãos de poucos, e os mais proeminentes capitalistas investiram em títulos do governo e empréstimos externos em lugar de empreendimentos comerciais.

Ainda assim seria errado atribuir a estagnação econômica a uma deficiência empresarial. Há muitos exemplos de cidades que adaptaram a organização da produção artesanal às novas circunstâncias (Lesger e Noordegraaf, 1999b). A inovação tecnológica e comercial prosseguiu em Amsterdã depois de 1670. Comerciantes estrangeiros se instalaram ali para fazer grandes negócios como comissários, empreendedores da área das finanças criaram os primeiros fundos mútuos e as primeiras sociedades de investimento de capital variável, e as grandes firmas comerciais passaram a atuar como casas bancárias para governantes estrangeiros (Jonker e Sluyterman, 2000). Enquanto isso, o marco institucional criado nos séculos XVI e XVII para as finanças e o comércio era tão eficiente que passou a ser copiado pelos países vizinhos. Artesãos e engenheiros holandeses continuavam sendo procurados por governantes estrangeiros que pretendiam melhorar o manejo da água, as obras de construção e a manufatura no próprio território (Davids, 1998). De certa forma, os holandeses podem ser considerados vítimas do próprio sucesso tecnológico, já que a alta qualidade da infraestrutura,

do sistema de transportes e do abastecimento de energia reduziu bastante a expectativa de retornos oriundos de algum novo aperfeiçoamento (Davids, 1995).

Na verdade, os empreendedores do fim do século XVII e do século XVIII exibiam uma atitude racional quanto às limitações econômicas e políticas da época. A partir da década de 1670, a Inglaterra e a França começaram a fechar seu mercado interno a produtos vindos das Províncias Unidas. Os investimentos foram redirecionados e setores não atingidos pelo protecionismo continuaram tendo vantagens comparativas e, como consequência, permaneceram competitivos até quando já ia bem avançado o século XVIII.<sup>40</sup> Fato digno de menção foi o fortalecimento da economia de Amsterdã, com importações da Ásia e da América em alta, e os serviços financeiros que a cidade oferecia a comerciantes internacionais e governantes estrangeiros. O único ponto fraco exposto por essa retomada do mercado de Amsterdã foi o sacrifício dos interesses de empreendedores da indústria nas províncias do interior em favor do comércio de longo curso.<sup>41</sup>

#### Apêndice: Estimativa do número de empreendedores em Amsterdã por volta de 1620

A fonte básica para o cálculo do número de empreendedores de Amsterdã é um censo oficial, determinado pelo juiz municipal, que contou o número de membros ativos das guildas em 1688 (Oldewelt, 1942). Com exceção de sete guildas, todas as demais responderam e informaram o número de membros. Para chegar a uma estimativa para 1620, calculei a proporção desses diversos grupos profissionais na população de 1680 e apliquei essa percentagem à população de 1622.<sup>42</sup> Com isso cheguei a uma estimativa grosseira do número de empreendedores na manufatura (2.638), no transporte (950), no comércio varejista (1.688) e nos serviços profissionais (por exemplo, cirurgiões, notários e advogados, 199).

É claro que essa pesquisa sobre as guildas nos dá, no melhor dos casos, números aproximados. Uma das distorções possíveis vem do fato de alguns empreendedores pertencerem a mais de uma guilda (Van Tielhof, 2002). Além disso, apenas seguimos a opinião dominante na vasta literatura sobre as guildas holandesas ao afirmar que, como regra geral, apenas os mestres pertenciam às guildas, estando excluídos jornaleiros e aprendizes (Prak et al., 2006). Embora haja indícios que nos permitem supor (por exemplo, no caso dos construtores navais) que alguns desses mestres eram empregados de outros e trabalhavam em troca de pagamento, é razoável admitir que a grande maioria dos membros das guildas eram empreendedores no sentido de que tomavam decisões estratégicas sobre o uso de mão de obra e capital.

Foi uma sorte para o propósito deste trabalho que quatro das sete guildas que não atenderam à convocação do juiz municipal em 1688 fossem integradas por carregadores e outros manuseadores de bens – trabalhadores que eram uma exceção à regra segundo a qual as guildas eram formadas por empreendedores. Das outras três, apenas a dos Groote Kramers (grandes varejistas) representa um problema. Para a dos corretores e barqueiros existem estimativas alternativas. No caso de diversos grupos profissionais, nossas estimativas são corroboradas por outros

indícios. Por exemplo, o número total de fábricas (incluídas as de cobre, papel e congêneres) em Amsterdã no século XVIII é calculado em 135, contra as 94 filiadas à guilda dos moleiros de trigo e dos madeireiros em 688 (Honig, 1930).

Enfim, uma grande quantidade de fontes primárias e secundárias permite emendar e aperfeiçoar nossas estimativas, como se explica a seguir:

1. Há duas maneiras de calcular o número total de atacadistas em Amsterdã. Uma delas é usar o número de correntistas do Banco de Câmbio em 1620 (1.202) como variável substituta (Van Dillen, 1925, 2:985). Outra seria basear-se na detalhada estimativa do número de comerciantes do sul dos Países Baixos (400) ativos em Amsterdã em 1620 e sua participação na comunidade de comerciantes da cidade, calculada em 30% (Gelderblom, 2000). Isso dá uma estimativa maior de 1.333 comerciantes. Dado que a clientela do Wiselbank ainda estava em expansão na época (chegou a 1.348 correntistas em 1631), fico com a segunda estimativa e calculo em 1.350 o número de comerciantes atacadistas em 1620.
2. Um único grupo importante de *varejistas* ficou de fora do censo das guildas: os Groote Kramers, especializado em venda no varejo de todo tipo de têxteis. Calculo que seu número fosse próximo ao dos Kleine Kramers (cerca de 400), o que fixa em 2.600 nossa estimativa do total de varejistas em Amsterdã.
3. *Transporte*. Com exceção de dois dos principais grupos de capitães de navios de Amsterdã, todos eles aparecem no censo das guildas de 1688.
  - a. A guilda dos *barqueiros*, que transportavam principalmente grãos dos navios para terra firme, foi interpelada mas não deu informações sobre seus membros. No entanto, um regulamento implantado em 1624 com o propósito de reduzir seu número para 225 sugere que eles possam ter sido pelo menos 250 em 1620 (Van Tielhof, 2002).
  - b. Falta-nos informação também sobre os comandantes de navios residentes em Amsterdã em 1620. Se combinarmos os dados sobre o tamanho estimado da frota holandesa na década de 1630 (1.750) com informações sobre a residência de comandantes obtidas a partir de amostras de contratos de fretamento para o Mar Báltico (3% a 6%), para a Noruega (0% a 5%) e para a Península Ibérica (17%) entre 1595 e 1650, uma estimativa otimista fixaria em 150 (por exemplo, 8,5%) o número de comandantes que viviam em Amsterdã.<sup>43</sup>
4. *Manufatura*
  - a. Em primeiro lugar, inclui empreendedores industriais que não estavam organizados em guildas (Van Dillen, 1929). Calculo o número de refinadores de açúcar em 25, o de saboeiros entre 13 e 17, e o de cervejeiros entre 15 e 20 (Poelwijk, 2003). Decerto, algumas dessas instalações industriais pertenciam a dois ou mais proprietários, mas eles, de modo geral, eram comerciantes, o que implica que já foram contados no grupo dos comerciantes. Com base na incidência das profissões de *distilleerder* e *brandewijnbrander*

mencionadas em fontes da época (90 destiladores e 125 cervejeiros entre 1580 e 1630, entre eles trabalhadores e chefes), calculo em 15 o número de destiladores (de conhaque) de acordo com o número de cervejeiros. Sabemos também que no início do século XVII a cidade contava com um ou dois vidreiros, algumas fábricas de cobre, possivelmente uma refinaria de sal e uma casa produtora de vinagre. No total, parece razoável uma estimativa de 150 empreendedores ativos em indústrias não organizadas em guildas na Amsterdã de 1620.

b. Lapidadores de diamantes não são contados separadamente, já que uma análise do setor no período que vai de 1590 a 1610 indica que nas primeiras décadas do século XVII a lapidação era um negócio terceirizado organizado por comerciantes (Gelderblom, 2003, 2008).

5. A última categoria de *outros serviços* compreende os seguintes grupos profissionais: corretores, donos de hospedarias, cirurgiões, advogados e notários.

a. Oldewelt (1942) calcula em 175 o número de notários e procuradores em 1688, o que significa que, de acordo com nosso método estimativo, estariam reduzidos a 84 em 1620. Esse número parece razoável ao se levarem em conta os 16 notários que têm protocolos remanescentes no arquivo da cidade de Amsterdã.

b. Oldewelt (1942) encontrou 241 cirurgiões 1688. Calculo que fossem 115 em 1620.

c. O número de corretores em 1618 é conhecido por meio do registro dos membros da guilda: 438. Para os donos de hospedaria, historiadores mais antigos calcularam que a cidade pode ter tido 500 no começo do século XVII (Stuart, 1879; Visser, 1997). Esse número pode parecer bem elevado, mas só entre 1578 e 1606 mais de cem donos de hospedaria pagaram pela libertação da cidade (Arquivos da Cidade de Amsterdã, *poorterboeken*); se admitirmos que, além das pousadas, Amsterdã tinha sua boa parcela de tavernas, 500 pode ser um bom número. O tamanho da população adulta é o da população total em 1622, adaptado para a proporção de pessoas entre 15-64 anos em 1680 (32,8%) como calculam van Leeuwen e Oeppen (1993).

## Notas

O autor gostaria de agradecer a William Baumol, Joel Mokyr, Maarten Prak e Timur Kuran os comentários sobre uma primeira versão deste capítulo.

<sup>1</sup> A definição de empreendedorismo acompanha Casson, 2003.

<sup>2</sup> Klein, 1965. Cf. também Israel, 1989; Lesger, 2006. Mesmo os autores que minimizam a contribuição do empreendedorismo admitem a existência de um pequeno grupo de negociantes inovadores (De Vries e Van der Woude, 1997; Prak, 2005).

<sup>3</sup> Sobre imigrantes flamengos: Gelderblom, 2003, com referências à vasta literatura sobre o tema. Ver também Lesger, 2006. Sobre os huguenotes: Frijhoff, 2003; sobre judeus portugueses: Israel, 2002, com referências a estudos mais antigos, inclusive dele próprio.

<sup>4</sup> A exceção óbvia é a vasta literatura em língua holandesa sobre guildas de artesãos, que sempre analisou esses trabalhadores em estabelecimentos individuais (Prak et al., 2006). Para

uma nova estimativa do papel das mulheres empreendedoras na República Holandesa ver Van den Heuvel, 2007.

<sup>5</sup> De Vries e Van der Woude, 1997, 61. Entre os estudos de caso mais detalhados sobre o abastecimento das cidades estão Lesger, 1990; e Boschma-Aarnoudse, 2003.

<sup>6</sup> O panorama mais abrangente do início do empreendedorismo moderno em língua inglesa se encontra nos dois volumes de Lesger e Noordegraaf, 1995, 1999. Os estudos mais antigos estão resumidos em Klein e Veluwenkamp, 1993.

<sup>7</sup> Van Zanden, 1993; De Vries e Van der Woude, 1997; ver também as várias contribuições em Hoppenbrouwers e Van Zanden, 2001.

<sup>8</sup> De Vries e Van der Woude, 1997, 204-5. Ver Lesger e Noordegraaf, 1999, 27-29, e literatura citada nessa obra sobre a criação da infraestrutura comercial local.

<sup>9</sup> O que se segue baseia-se em Boschma-Aarnoudse, 2003, 423-26, 453-57.

<sup>10</sup> De Vries, 1974; para uma abordagem comparativa: De Vries e Van der Woude, 1997, 507-21.

<sup>11</sup> O melhor panorama geral é de Bieleman, 1992. Para um estudo de caso detalhado da área: Van Cruyningen, 2000.

<sup>12</sup> Estimativa baseada em (a) menor estimativa e maior estimativa de população em De Vries e Van der Woude, 1997, 50-52, para 1600 (1,4 e 1,6 milhão) e 1650 (1,85 e 1,9 milhão); (b) dois terços dessa população têm entre 15 e 65 anos; (c) 40% da população vive nas cidades

<sup>13</sup> Ver, por exemplo, Ehrenberg, 1896; Jeannin, 1957. Fernand Braudel (1979) distingue explicitamente os empreendedores capitalistas nos principais centros de comércio e os homens e mulheres que trabalhavam por conta própria em outras áreas.

<sup>14</sup> Estudos holandeses recentes sobre imigrantes flamengos empreendedores: De Jong, 2005; Wijnroks, 2003; Gelderblom, 2000; Enthoven, 1996; sobre os comerciantes portugueses, ver Vlessing, 1995; Lesger, 2006; e Israel, 1990.

<sup>15</sup> A história de Lemaire e Van Os é retomada em Gelderblom, 2000. Ver também Van Dillen, 1930.

<sup>16</sup> As primeiras viagens de Tweenhuysen são esmiuçadas em Hart, 1957. Ver também o mais antigo, Muller, 1874.

<sup>17</sup> Sobre a cerveja: Ntema, 1992; Unger, 2001. Sobre a produção de laticínios: Boekel, 1929; Van Bavel e Gelderblom, 2009.

<sup>18</sup> Sobre a construção: Kloot-Meyburg, 1925; sobre a ruiva-dos-tintureiros: Priester, 1998, 324-65; sobre o refino do sal: Van Dam, 2006.

<sup>19</sup> Minha interpretação da mudança tecnológica se baseia em Davids, 1995. Ver também Davids, 2008.

<sup>20</sup> Sobre a exploração de novos mercados: Israel, 1989; sobre contabilidade: Davids, 2004.

<sup>21</sup> Sobre refinadores de açúcar ver, por exemplo, Poelwijk, 2003; sobre a produção de couro, Gelderblom, 2003; sobre a manufatura do fumo, Roessingh, 1976.

<sup>22</sup> O exemplo se baseia em Gelderblom, 2003.

<sup>23</sup> Davids, 1995; sobre a manufatura do vidro: Mentink, 1981; sobre a seda: Colenbrander, 1992.

<sup>24</sup> A maior eficiência a que se poderia chegar com essas medidas, dado que o governo sopesou cuidadosamente os interesses econômicos contrários, foi discutida por Lesger, 1999, 33-35, 39-40.

<sup>25</sup> Meilink, 1922. Em 1542, os governantes Habsburgos tributavam em 10% os lucros do comércio. Depois de furiosos protestos, o imposto passou a ser calculado sobre supostos 6% de retorno sobre o capital dos comerciantes, navegadores, pescadores de arenque e produtores de cerveja para exportação.

<sup>26</sup> O que se segue se baseia em Gelderblom, no prelo.

<sup>27</sup> O que se segue se baseia em Gelderblom e Jonker, 2004.

<sup>28</sup> Para o avalista, a credibilidade exigia que ele desse sua pessoa e seus bens como garantia. Como ele nada podia fazer além de reafirmar seu compromisso, só comerciantes cuja riqueza era notória eram aceitos como garantidores. Essa dependência da familiaridade tornava-se um problema para mercadores itinerantes, daí presumivelmente a primeira norma – implícita nos privilégios da Liga Hanseática da Alemanha – de que qualquer membro do grupo poderia ser tomado como responsável.

<sup>29</sup> Maassen, 2005. O penhor passou a ser um procedimento comum nos Países Baixos desde pelo menos o século XII: Godding, 1987, 256-57.

<sup>30</sup> Por causa disso, as únicas mercadorias usadas como garantia de empréstimos que não os de pagamento adiado eram joias, objetos de ouro e prata e pedras preciosas. Em Amsterdã, certidões emitidas por notários dão testemunho de joias e pedras preciosas usadas como garantia: em 1627, o comerciante de Amsterdã “nam tot zich” joias e pinturas para compensar uma dívida de 1.029 florins (juros incluídos) que não tinha sido paga (GAA NA Card Index, NA 392/82, 2/8/1627). Em 1630, um comerciante de Amsterdã ficou com uma joia para garantir o pagamento de uma quantia emprestada por ele a um mercador ambulante (GAA NA Card Index, NA 847/141, 6/4/1630); para outros exemplos: NA 646b 1035-36 (22/10/1624); NA 700 A 235-37 (21/6/1625); NA 307/blz. 196-97 (26/11/1632); NA 642/344 (24/2/1637); NA 676/68-69 (24/9/1637).

<sup>31</sup> Para a adoção dessas regras no período medieval tardio: Zuijderduijn, 2007. Em 1622, a República Holandesa exigia o registro junto a um tribunal local ou ante um notário – no caso de Amsterdã – da transferência de navios de quatro *lasts* (oito toneladas) ou mais em caso de venda ou empenho como garantia. Para o direito consuetudinário holandês, um navio dado como garantia de um empréstimo não podia ser objeto de execução por parte do credor (Lichtenauer, 1934, 53-56).

<sup>32</sup> Hugo Soly, 1977, 81, foi o primeiro a chamar a atenção para o uso de anuidades no financiamento de pequenos negociantes. Sua análise dos vendedores dessas *renten* em Antuérpia em 1545 e 1555 mostra a importância do instrumento para os comerciantes, finalizadores de tecidos, pedreiros, carpinteiros e diversos outros artesãos.

<sup>33</sup> Para uma análise detalhada de empréstimos tomados por ourives: Gelderblom, 2008.

<sup>34</sup> Segundo as regras determinadas por Carlos V na década de 1540, os credores que quisessem liquidar antecipadamente uma dívida poderiam vendê-la a terceiros.

<sup>35</sup> O que se segue é baseado em Gelderblom e Jonker, 2004.

<sup>36</sup> Ver Hoffman et al., 2000 sobre o papel dos notários nos mercados de crédito parisienses a partir de 1660.

<sup>37</sup> Poder-se-ia argumentar que o sucesso dos empreendedores holandeses na Idade do Ouro foi decorrente de seu grande apetite para o risco. Esse é um dos dois argumentos invocados por Roessingh para explicar a disposição dos camponeses holandeses para cultivar o fumo destinado ao mercado interno e ao internacional no século XVII (Roessingh 1976, 278-79). No entanto, ele não dá provas indiscutíveis dessa hipótese.

<sup>38</sup> O tema é desenvolvido em Gelderblom, no prelo.

<sup>39</sup> Para uma historiografia do debate sobre o fracasso empresarial: Lucassen, 1991.

<sup>40</sup> Para novas iniciativas na manufatura do fumo: Roessingh, 1976, 408-24; Verduijn, 1998; Mayer-Hirsch, 1999. Para um começo bem-sucedido, ver, por exemplo, o vendedor de vinhos Barend Blomsaet, de Utrecht, que iniciou a carreira com algumas centenas de florins, capital esse que em duas décadas chegou a 15 mil florins (Tigelaar, 1998, 23-24).

<sup>41</sup> Interpretação de Lesger e Noordegraaf (1999): as particularidades urbanas e provinciais herdadas da Idade Média situaram a Holanda muito acima do resto da República. Isso estimulou seu crescimento mas prejudicou interesses econômicos de outras províncias.

<sup>42</sup> População da cidade em Lourens e Lucassen, 1997.

<sup>43</sup> Jonker e Sluyterman, 2000; Knoppers, 1977; Winkelman, 1983; Schreiner, 1933; Christensen, 1941, 264-65.

## Referências

- Baars, C. 1975. “Boekhoudingen van landbouwbedrijven in de Hoeksewaard uit de zeven tiende en achttiende eeuw”. A. A. G. *Bijdragen*, 19:3-136.
- Bieleman, Jan. 1992. *Geschiedenis van de landbouw in Nederland, 1500-1950: Veranderingen en verscheidenheid*. Meppel: Boom.
- Boekel, Pieter N. 1929. *De zuiwelexport van Nederland tot 1813*. Utrecht: Drukkerij Fa. Schotanus & Jens.
- Bonke, A. J. J. M.; Dobber, W. et al. 2002. *Cornelis Corneliszoon van Uitgeest: Uitvinder aan de basis van de Gouden Eeuw*. Zutphen: Walburg Pers.
- Boot, J. A. 1974. “De markt voor Twents-Achterhoekse weefsels in de tweede helft van de 18de eeuw”. *Textielhistorische Bijdragen Jaarverslag*, 16:21-68.
- Boschma-Aarnoudse, C. 2003. *Tot verbetering van de neeringedese stede*. Hilversum: Verloren.
- Braudel, Fernand. 1979. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles*. Paris: Colin.
- Broeze, F. J. A. 1976-78. “Rederij”. In: *Maritieme geschiedenis der Nederlanden*. F. J. A. Broeze, J. R. Bruijn e F. S. Gaastra (org.), vol. 3. Bussum: Unieboek.
- Bruijn, Jaap R. 1993. *The Dutch Navy of the Seventeenth and Eighteenth Centuries*. Columbia: University of South Carolina Press.
- Brünner, Eduard C. G. 1924. “Een Hoornsch koopmansboek uit de tweede helft der 15de eeuw”. *Economisch-Historisch Jaarboek*, 10:3-79.
- Brusse, Paul. 1999. *Overleven door ondernemen: De agrarische geschiedenis van de Overbetuwe 1650-1850*. Wageningen: Afdeling Agrarische Geschiedenis Landbouwuniversiteit.
- Casson, Mark C. 2003. “Entrepreneurship”. In: *Oxford Encyclopaedia of Economic History*. Joel Mokyr (org.), 2:210-15. Oxford: Oxford University Press.
- Christensen, Aksel E. 1941. *Dutch Trade to the Baltic about 1600: Studies in the Sound Toll Register and Dutch Shipping Records*. Copenhagen: E. Munksgaard.
- Colenbrander, S. 1992. “Zolang de weefkonst bloeit in 't machtig Amsterdam. Zijdelakenfabrikeurs in Amsterdam in de 17de en 18de eeuw”. *Textielhistorische Bijdragen Jaarverslag*, 32:27-44.
- Davids, Karel. 1995. “Beginning Entrepreneurs and Municipal Governments in Holland at the Time of the Republic”. In: *Entrepreneurs and Entrepreneurship in Early Modern Times: Merchants and Industrialists within the Orbit of the Dutch Staple Market*. Clé M. Lesger e Leo Noordegraaf (orgs.), 167-83. Haia: Stichting Hollandse Historische Reeks.
- \_\_\_\_\_. 1995. “Shifts of Technological Leadership in Early Modern Europe”. In: *A Miracle Mirrored: The Dutch Republic in European Perspective*. K. Davids e J. Lucassen (orgs.), 338-66. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. 1998. “Successful and Failed Transitions: A Comparison of Innovations in Windmill Technology in Britain and the Netherlands in the Early Modern Period”. *History and Technology*, 14:225-47.
- \_\_\_\_\_. 2004. “The Bookkeeper’s Tale: Learning Merchant Skills in the Northern Netherlands in the Sixteenth Century”. In: *Education and Learning in the Netherlands, 1400-1600: Essays in Honour of Hilde de Ridder-Symoens*. K. Goudriaan, J. V. Moolenbroek e A. Tervoort (orgs.), 235-51. Leiden: Brill.
- \_\_\_\_\_. 2008. *The Rise and Decline of Dutch Technological Leadership. Technology, Economy and Culture in the Netherlands, 1350-1800*. 2 vols. Leiden/Boston: Brill.
- Den Heijer, H. J. 2005. *De geotrooieerde compagnie: De VOC en de WIC als voorlopers van de naamloze vennootschap*. Deventer: Kluwer.
- De Vries, Jan. 1974. *The Dutch Rural Economy in the Golden Age, 1500-1700*. New Haven: Yale University Press.

- De Vries, Jan e Ad Van der Woude. 1997. *The First Modern Economy: Success, Failure, and Perseverance of the Dutch Economy, 1500-1815*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dekker, Rudolf. 1982. *Holland in beroering. Oproeren in de 17de en de 18de eeuw*. Baarn.
- Doorman, G. i. 1956. "Het haringkaken en Willem Beukels". *Tijdschrift voor Geschiedenis*, 69:371-86.
- Eeghen, I.H.V. 1961. "Buitenlandse monopolies voor de Amsterdamse kooplieden in de tweede helft der zeventiende eeuw". *Jaarboek van het Genootschap Amstelodanum*, 53:176-84.
- Eerenbeemt, H. F. J. M van den. 1983. "Zijdeteelt in Nederland in de 17e en eerste helft 18e eeuw". *Nederlands Economisch Historisch Archief - Jaarboek*, 46:142-53.
- \_\_\_\_\_. 1985. "Zijdeteelt in de tweede helft van de 18e eeuw". *Nederlands Economisch Historisch Archief - Jaarboek*, 48:130-49.
- \_\_\_\_\_. 1993. *Op zoek naar het zachte goud. Pogingen tot innovatie via een zijdeteelt in Nederland 17e-20e eeuw*. Tilburg: Gianotten.
- Ehrenberg, Richard. 1896. *Das Zeitalter der Fugger, Geldkapital und Creditverkehr im 16. Jahrhundert*. Vol. 2, *Die Weltbörsen und Finanzkrisen des 16. Jahrhunderts*. Jena: Fischer.
- Enthoven, Victor. 1996. "Zeeland en de opkomst van de Republiek. Handel en strijd in de Scheldedelta c. 1550-1621". Dissertação de doutorado, Rijksuniversiteit Leiden.
- Frijhoff, Willem. 2003. "Uncertain Brotherhood: The Huguenots in the Dutch Republic". In: *Memory and Identity: The Huguenots in France and the Atlantic Diaspora* (orgs.) Bertrand Van Ruymbeke e Randy J. Sparks, 128-71. Columbia: University of South Carolina Press.
- Gelderblom, Oscar. 2000. *Zuid-Nederlandse kooplieden en de opkomst van de Amsterdamse stapelmarkt (1578-1630)*. Hilversum: Verloren.
- \_\_\_\_\_. 2003. "From Antwerp to Amsterdam: The Contribution of Merchants from the Southern Netherlands to the Commercial Expansion of Amsterdam (c. 1540-1609)". *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, 26, n. 3: 247-83.
- \_\_\_\_\_. 2003. "The Governance of Early Modern Trade: The Case of Hans Thijs (1556-1611)". *Enterprise and Society*, 4:606-39.
- \_\_\_\_\_. 2005. "The Resolution of Commercial Conflicts in Bruges, Antwerp, and Amsterdam, 1250-1650". Disponível em: [http://www.lowcountries.nl/2005-2\\_gelderblom.pdf](http://www.lowcountries.nl/2005-2_gelderblom.pdf).
- \_\_\_\_\_. 2008. "Het juweliersbedrijf in de Lage Landen". Documento de trabalho inédito, Universidade de Utrecht.
- \_\_\_\_\_. No prelo. *Violence, Opportunism, and the Growth of Long-Distance Trade in the Low Countries (1250-1650)*.
- Gelderblom, Oscar; Jonker, Joost. 2004. "Completing a Financial Revolution: The Finance of the Dutch East India Trade and the Rise of the Amsterdam Capital Market, 1595-1612". *Journal of Economic History* 64, n. 3: 641-72.
- \_\_\_\_\_. 2005. "Amsterdam as the Cradle of Modern Futures Trading and Options Trading, 1550-1650". In: *The Origins of Value: The Financial Innovations That Created Modern Capital Markets*. William N. Goetzmann e K. Geert Rouwenhorst (orgs.), 189-205. Oxford: Oxford University Press.
- Godding, Philippe. 1987. *Le Droit privé dans les Pays-Bas méridionaux, du 12<sup>e</sup> au 18<sup>e</sup> siècle*. Brussels: Académie Royale de Belgique.
- Greefs, Hilde e Marjolein 't Hart (orgs.). 2006. *Water Management, Communities, and Environment: The Low Countries in Comparative Perspective, c. 1000-c.1800*. Hilversum: Verloren.
- Guicciardini, L.; Silvius, G. et al. 1567. "Descrittione di M. Lodouico Guicciardini patritio Fiorentino, di tutti i Paesi Bassi, altrimenti detti Germania inferiore: Con piu carte di geographia del paese, & col ritratto naturale di piu terre principali". In: Anuersa: Apresso Guglielmo Siluio stampatore region.
- Hacquebord, L. 1994. "Van Noordse Compagnie tot Maatschappij voor de Walvisvaart. Honderd jaar onderzoek naar de geschiedenis van de Nederlandse walvisvaart". *Tijdschrift voor Zeegechiedenis*, 13:19-40.
- Hart, Simon. 1957. "De eerste Nederlandse tochten ter walvisvaart". *Jaarboek van het Genootschap Amstelodanum*, 49:27-64.
- Hoffman, Philip T.; Postel-Vinay, Gilles e Rosenthal, Jean-Laurent. 2000. *Priceless Markets: The Political Economy of Credit in Paris, 1660-1870*. Chicago: University of Chicago Press.
- Honig, Gerrit J. 1930. "De Molens van Amsterdam (De invloed van de molens op het Industriële leven in de Gouden Eeuw)". *Amstelodanum. Jaarboek van het genootschap Amstelodanum*, 27:79-159.
- Hoppenbrouwers, Peter C. M. e Van Zanden, Jan Luiten (orgs.). 2001. *Peasants into Farmers? The Transformation of Rural Economy and Society in the Low Countries (Middle Ages-19<sup>th</sup> Century) in Light of the Brenner Debate*. CORN Publication Series, 4. Turnhout: Brepols.
- Israel, Jonathan I. 1989. *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740*. Oxford: Clarendon Press; Nova York: Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_. 1990. *Empires and Entrepreneurs: The Dutch, the Spanish Monarchy, and the Jews, 1585-1713*. Londres: Hambledon Press.
- \_\_\_\_\_. 2002. *Diasporas within a Diaspora: Jews, Crypto-Jews, and the World Maritime Empires (1540-1740)*. Leiden: Brill.
- Jeannin, Pierre. 1957. *Les Marchands au XVI<sup>e</sup> siècle*. Paris: Editions du Seuil.
- Jong, Michiel de. 2005. "Staat van oorlog". *Wapenbedrijf en militaire hervorming in de Republiek der Verenigde Nederlanden, 1585-1621*. Hilversum: Verloren.
- Jonker, Joost e Sluyterman, Keetie E. 2000. *At Home on the World Markets: Dutch International Trading Companies from the 16<sup>th</sup> Century until the Present*. Haia: Sdu Uitgevers.
- Klein, P. W. 1965. *De Trippen in de 17e eeuw: Een studie over het ondernemersgedrag op de Hollandse stapelmarkt*. Assen: Van Gorcum.
- Klein, P. W. e Veluwenkamp, Jan-Willem. 1993. "The Role of the Entrepreneur in the Economic Expansion of the Dutch Republic". In: *The Dutch Economy in the Golden Age: Nine Studies*. Karel Davids e Leo Noordegraaf (orgs.), 27-53. Amsterdã: Nederlandsch Economisch-Historisch Archief.
- Kloot-Meyburg, B.W.v.d. 1925. "Eenige gegevens over de Hollandsche steenindustrie in de 17e eeuw". *Nederlands Economisch Historisch Archief - Jaarboek*, 10:79-160.
- Knoppers, J.V.T. 1977. "De vaart in Europa". In: *Maritieme geschiedenis der Nederlanden*. F.J.A. Broeze, J. R. Bruijn e F. S. Gaastra (orgs.), 226-61. Bussum: Unieboek.
- Leeuwen, Marco H. D. van. 2000. *De rijke Republiek. Gilden, assuradeurs en armenzorg, 1500-1800*. Amsterdã: Verbond van verzekeraars/Nederlandsch Economisch-Historisch Archief.
- Leeuwen, Marco H. D. van; Oeppen, James E. 1993. "Reconstructing the Demographic Regime of Amsterdam 1681-1920". *Economic and Social History in the Netherlands*, 5:61-102.
- Lesger, Clé M. 1990. *Hoorn als stedelijk knooppunt: Stedensystemen tijdens de late middeleeuwen en vroegmoderne tijd*. Hilversum: Verloren.
- \_\_\_\_\_. 2006. *The Rise of the Amsterdam Market and Information Exchange: Merchants, Commercial Expansion, and Change in the Spatial Economy of the Low Countries, c. 1550-1630*. Trad. J. C. Grayson. Burlington, VT: Ashgate.
- Lesger, Clé M.; Noordegraaf, Leo (orgs.). 1995. *Entrepreneurs and Entrepreneurship in Early Modern Times: Merchants and Industrialists within the Orbit of the Dutch Staple Market*. Haia: Stichting Hollandse Historische Reeks.
- \_\_\_\_\_. 1999a. Introdução. *Ondernemers & bestuurders: Economie en politiek in de Noordelijke Nederlanden in de late Middeleeuwen en vroegmoderne tijd*. Clé M. Lesger e Leo Noordegraaf (orgs.), 11-60. Amsterdã: Nederlandsch Economisch-Historisch Archief.

- Lesger, Clé M.; Noordegraaf, Leo (orgs.). 1999b. *Ondernemers & bestuurders: Economie en politiek in de Noordelijke Nederlanden in de late Middeleeuwen en vroegmoderne tijd*. Amsterdã: Nederlandsch Economisch-Historisch Archief.
- Lichtenauer, W. F. 1934. "De ontwikkeling van het Nederlandsche Zeerecht onder den invloed van wetenschap en handelspraktijk met bijzondere inachtneming van de Rotterdamse invloeden". *Themis. Verzameling van bijdragen tot de kennis van het publiek en privaatrecht*, 95:48-80, 115-70.
- Lourens, Piet; Lucassen, Jan. 1997. *Inwonertallen van Nederlandse steden ca. 1300-1800*. Amsterdã: Nederlandsch Economisch-Historisch Archief.
- Lucassen, Jan. 1991. *Jan, Jan Salie en diens kinderen. Vergelijkend onderzoek naar continuïteit en discontinuïteit*. Amsterdã: Stichting beheer IISG.
- Maassen, H.A.J. 2005. *Tussen commercieel en sociaal krediet. De ontwikkeling van de Bank van Lening in Nederland van Lombard tot Gemeentelijke Kredietbank 1260-1940*. Hilversum: Verloren.
- Mayer-Hirsch, S. B. N. 1999. "Benjamin Cohen (1725-1800) tabakspianter, koopman, bankier". In: *Utrechtse biografieën. Het Eemland. Levensbeschrijvingen van bekende en onbekende mensen uit het Eemland*. Y. M. van den Akker et al. (orgs.), 2:51-57. Utrecht: SPOU.
- Meilink, P. A. 1922. "Gegevens aangaande bedrijfskapitalen in den Hollandschen en Zeeuwschen handel in 1543". *Economisch-Historisch Jaarboek*, 8:254-77.
- Mentink, G. J. 1981. "Fabricage van 'klein-geweer' te Culemborg in de periode 1759-1812". *Nederlands Economisch Historisch Archief - Jaarboek*, 44:22-30.
- Moree, M. 1990. "Echten tot Echten, Roelof van (1592-1643)". In: *Drentse biografieën. Levensbeschrijvingen van bekende en onbekende Drenten*. Paul Brood, Willem Foorthuis e Jan Bos (orgs.), 2:44-48. Meppel: Boom.
- Muller, Samuel. 1874. *Geschiedenis der Noordsche Compagnie*. Utrecht: Provinciaal Utrechts Genootschap van Kunsten en Wetenschappen.
- Oldewelt, W.F.H. 1942. "Een beroepstelling uit den jare 1688". In *Amsterdamsche Archiefvondsten*. W.F.H. Oldewelt (org.), 172-76. Amsterdã: J. H. de Bussy.
- Poelwijk, Arjan. 2003. "In dienste vant suyckerbacken". In: *De Amsterdamse suikernijverheid en haar ondernemers, 1580-1630*. Hilversum: Verloren.
- Posthumus, N. W. 1908. *De geschiedenis van de Leidsche lakenindustrie*. Vol. 1, *De Middeleeuwen (veertiende tot zestiende eeuw)*. Haia: Martinus Nijhoff.
- \_\_\_\_\_. 1939. *De geschiedenis van de Leidsche Lakenindustrie*. Vol. 2, *De Nieuwe tijd (zestiende tot achttiende eeuw) de lakenindustrie en verwante industrieën (eerste deel)*. Haia: Martinus Nijhoff.
- \_\_\_\_\_. 1953. *De Oosterse handel te Amsterdam: Het oudst bewaarde koopmansboek van een Amsterdamsche vennootschap betreffende de handel op de Oostzee, 1485-1490*. Leiden.
- \_\_\_\_\_. 1971. *De uitvoer van Amsterdam, 1543-1545*. Leiden: Brill Archive.
- Prak, Maarten. 1994. "Ambachtsgilden vroeger en nu". *Nederlands Economisch Historisch Archief - Jaarboek*, 57:10-33.
- \_\_\_\_\_. 2005. *The Dutch Republic in the Seventeenth Century: The Golden Age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Prak, Maarten, Catharina Lis; Lucassen, Jan; Soly, Hugo (orgs.) 2006. *Craft Guilds in the Early Modern Low Countries: Work, Power e Representation*. Aldershot, UK: Ashgate.
- Priester, Peter R. 1998. *Geschiedenis van de Zeeuwse landbouw. ca. 1600-1910*. 't Goy-Houten: Hes Uitgevers.
- Prins, I. 1936. "Gegevens betreffende de 'Oprechte Hollandsche Civet' (17e-18e eeuw)". *Economisch-Historisch Jaarboek*, 20:1-211.
- Riemersma, Jelle C. 1952. "Trading and Shipping Associations in 16th Century Holland". *Tijdschrift voor Geschiedenis*, 65:330-38.
- Roessingh, H. K. 1976. *Inlandse tabak: Expansie en contractie van een handelsgewas in de 17e en 18e eeuw in Nederland*. Zutphen: Walburg Pers.
- Schreiner, Johan. 1933. *Nederland og Norge, 1625-1650: Trelastutførsel og handelspolitikk*. Oslo: Dybwad.
- Soltow, Lee; Van Zanden, Jan Luiten. 1998. *Income and Wealth Inequality in the Netherlands, 16th-20th Century*. Amsterdã: Het Spinhuis.
- Soly, Hugo. 1977. *Urbanisme en kapitalisme te Antwerpen in de 16de eeuw: De stedebouwkundige en industriële ondernemingen van Gilbert van Schoonbeke*. [Bruxelas]: Gemeentekrediet van België.
- Sterck, J.F.M. 1916. "Een Amsterdamsche Zijdwinkel in de Warmoesstraat 1634-1637". *Jaarboek Amstelodamum*, 14:145-83.
- Stuart, T. 1879. *De Amsterdamse makelaardij. Bijdrage tot de geschiedenis onzer handelswetgeving*. Amsterdã.
- Tielhof, Milja van. 2002. *The "Mother of All Trades": The Baltic Grain Trade in Amsterdam from the Late 16th to the Early 19th Century*. Leiden: Brill.
- \_\_\_\_\_. 2005. "Turfwinning en proletarisering in Rijnland 1530-1670". *Tijdschrift voor Sociale en Economische Geschiedenis*, 4:95-121.
- \_\_\_\_\_. 2009. "Financing Water Management in Rijnland, 1500-1800". In: *The Political Economy of the Dutch Republic*. Oscar Gelderblom (org.), 197-222. Aldershot: Ashgate.
- Tielhof, Milja van; Dam, Petra Van. 2007. *Waterstaat in stedenland. Het hoogheemraadschap van Rijnland voor 1857*. Utrecht: Matrijs.
- Tigelaar, H. 1998. "Barend Blomsaet (1669-1730), Wijnkoopman, ter dood veroordeeld wegens sodomie". In: *Utrechtse biografieën. Levensbeschrijvingen van bekende en onbekende Utrechtters*. W. v. d. Broeke et al. (orgs.), 5:23-28. Amsterdã: Boom.
- Tracy, James D. 2004. *For Holland's Garden: The War Aims of the States of Holland, 1572-1588*. Amsterdã: Amsterdams centrum voor de studie van de Gouden Eeuw, Universiteit van Amsterdam.
- Unger, Richard W. 1978. *Dutch Shipbuilding before 1800*. Assen: Van Gorcum.
- \_\_\_\_\_. 2001. *A History of Brewing in Holland, 900-1900: Economy, Technology e the State*. Leiden: Brill.
- Van Bavel, Bas J. P. 2001. "Land, Lease and Agriculture: The Transition of the Rural Economy in the Dutch River Area from the Fourteenth to the Sixteenth Century". *Past and Present*, 172:3-43.
- \_\_\_\_\_. 2003. "Early Proto-industrialization in the Low Countries? The Importance and Nature of Market-Oriented Non-agricultural Activities in the Countryside in Flanders and Holland, c. 1250-1570". *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, 81:1109-63.
- Van Bavel, Bas J. P.; Gelderblom, Oscar. 2009. "A Land of Milk and Butter: The Economic Origins of Cleanliness in the Dutch Golden Age". *Past and Present*, no prelo.
- Van Bavel, Bas J. P.; Van Zanden, Jan Luiten. 2004. "The Jump-Start of the Holland Economy during the Late-Medieval Crisis, c. 1350-c.1550". *Economic History Review*, 57:503-32.
- Van Cruyningen, P. J. 2000. *Behoudend maar buigzaam. Boeren in West-Zeeuws Vlaanderen 1650-1850*. Wagening: Afd. Agrarische Geschiedenis, Wageningen Universiteit.
- Van Dam, Petra. 2006. "Middeleeuwse bedrijven in zout en zel in Zuidwest-Nederland. Een analyse op basis van de moerneringsrekening van Puttermoer van 1386 in vergelijkend perspectief". *Jaarboek voor Middeleeuwse Geschiedenis*, 9:85-115.
- Van den Heuvel, Danielle. 2007. *Women and Entrepreneurship: Female Traders in the Northern Netherlands c. 1580-1815*. Amsterdã: Aksant Academic Publishers.
- Van der Wee, Herman. 1967. "Anvers et les innovations de la technique financière aux XVIIe et XVIIIe siècles". *Annales ESC*, 22:1067-89.